



# BÚZIOS

## PREFEITURA

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de solução integrada de infraestrutura computacional sob o modelo Desktop as a Service (DaaS), compreendendo o fornecimento, disponibilização e gestão de estações de trabalho do tipo desktop corporativo padrão e workstations de alta performance, incluindo monitores, nobreaks, periféricos, instalação física, configuração inicial, integração ao ambiente tecnológico institucional, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, substituição temporária e definitiva de equipamentos, gestão centralizada de ativos de TIC, atendimento estruturado por níveis mínimos de serviço (Service Level Agreement – SLA), reposição técnica para cobertura de sinistros e logística reversa com retirada e sanitização segura ao término da vigência contratual



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### 1 - PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público para conhecimento dos interessados que a Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, sediada à Estrada da Usina Velha, 600 - Centro, ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RJ, 28950-785, através da Coordenadoria de Licitações e Contratos, conforme Solicitação da Secretaria Municipal de Administração, realizará por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, através da rede mundial de computadores – INTERNET, no endereço eletrônico abaixo descrito, licitação com participação AMPLA, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026, no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, com o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal 14.133/21 - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública, com aplicação subsidiária, no que couber, da Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e demais normas que compõem a legislação aplicável à licitações e contratações públicas.

Processo Administrativo 4872/2026

Data e hora da sessão: 06/07/2026 às 10:00 horas (Horário de Brasília)

Número COMPRASGOV: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

Endereço Eletrônico: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

CÓDIGO UASG: 980770

### 2 - ANEXOS DO EDITAL

2.1 - Integram este edital, para todos os efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I - . TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - . PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ANEXO III - . MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO IV - . DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

ANEXO V - . DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS COM A ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VI - . DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DE PREÇOS PROPOSTOS

ANEXO VII - . MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VIII - . MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IX - . DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO OBJETO



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### 3 - OBJETO

3.1 - O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de solução integrada de infraestrutura computacional sob o modelo Desktop as a Service (DaaS), compreendendo o fornecimento, disponibilização e gestão de estações de trabalho do tipo desktop corporativo padrão e workstations de alta performance, incluindo monitores, nobreaks, periféricos, instalação física, configuração inicial, integração ao ambiente tecnológico institucional, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, substituição temporária e definitiva de equipamentos, gestão centralizada de ativos de TIC, atendimento estruturado por níveis mínimos de serviço (Service Level Agreement – SLA), reposição técnica para cobertura de sinistros e logística reversa com retirada e sanitização segura ao término da vigência contratual

3.2 - Dá-se o presente objeto pelo regime de execução de empreitada POR PREÇO UNITÁRIO

3.3 - No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Compras.gov.br-SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

3.4 - A administração não se obriga a contratar o objeto alvo do presente certame ora especificado no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste edital, podendo até realizar licitação específica para este objeto, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, respeitada a legislação relativa às licitações.

3.5 - A existência de preços registrados implicará compromisso de prestação de serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

### 4 - PRAZO DO REGISTRO DE PREÇOS e DO CONTRATO

4.1 - O prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 71§1º do Decreto Municipal 2138/23.

4.1.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.2 - Os preços registrados poderão ser alterados nas condições previstas a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que faz parte deste edital de ANEXO VIII- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (inciso VI do artigo 82 da Lei Federal 14.133/2021).

4.3 - Na forma prevista na Ata de Registro de Preços, o eventual contrato que vier a ser formalizado durante a sua execução poderá ser "prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo decenal máximo previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

- 4.4 - Na forma do art. 86 §3º inciso II da Lei Federal 14.133/21 será PERMITIDA A ADESÃO a este registro de preços.
- 4.5 - O instrumento contratual vigorará pelo prazo definido em cada solicitação de contratação originada deste registro de preços, contados da data de sua assinatura.
- 4.6 - O prazo para execução do objeto será prazo definido em cada solicitação de contratação originada deste registro de preços, contados da data de sua assinatura
- 4.7 - O prazo determinado para início da execução do objeto poderá ser prorrogado, desde que formalizado pleito com as razões e justificativas a serem submetidas à análise e aceitação da Administração.
- 4.8 - Eventual pedido de prorrogação nos termos do item anterior, deverá ser encaminhada à fiscalização designada pelo Requisitante.
- 4.9 - A contratada deverá implementar o serviço objeto deste edital, na forma prevista no Termo de Referência.
- 4.10 - O contrato decorrente da licitação, caracterizado como de natureza contínua, poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos previsto no artigo 108 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.
- 4.11 - Além da possibilidade de extinção contratual pela ausência de vantajosidade compreendida no item anterior, o contrato poderá ser extinto ainda no caso da inexistência de créditos orçamentários para a sua continuidade, na forma prevista no inciso III e § 1º do artigo 106 da Lei Federal 14.133/21.
- 4.12 - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação, em conformidade com o disposto no Anexo VII-F da Instrução Normativa n.º 05/2017.
- 4.13 - A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

### 5 - PREÇO ESTIMADO

- 5.1 - O preço global estimado da presente licitação é R\$ R\$ 5.529.393,36 (cinco milhões, quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos), conforme ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA deste Edital.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### 6 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- Secretaria Municipal de Administração  
Programa de Trabalho: 04.122.0001.2.277  
Natureza da Despesa: 33.90.39.00  
Código Reduzido: 121  
Fonte: 1704

---

- Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia  
Programas de Trabalho:  
12.365.0017.2.037 / 12.361.0017.2.244 / 04.122.0001.2.006 / 12.362.0017.2.210 /  
12.367.0018.2.038 / 12.367.0018.2.212 / 12.122.0017.2.255 / 12.122.0142.2.341  
Natureza da Despesa: 33.90.39.00  
Códigos Reduzidos: 1415 / 1417 / 1511 / 1513 / 1387 / 1467 / 1458 / 1475 / 1530 / 1573  
Fontes: 1500 / 1704

---

- Secretaria Municipal de Saúde  
Programas de Trabalho:  
10.122.0165.2.331 / 10.301.0163.2.323 / 10.302.0162.2.319  
Natureza da Despesa: 33.90.39.00  
Códigos Reduzidos: 828 / 759 / 697  
Fonte: 1704

---

- Secretaria Municipal de Ordem Pública  
Programa de Trabalho: 06.122.0001.2.155  
Natureza da Despesa: 33.90.39.00  
Código Reduzido: 195  
Fonte: 1704

---





## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

- Secretaria Municipal de Pesca  
Programa de Trabalho: 04.122.0001.2.407  
Natureza da Despesa: 33.90.39.00  
Código Reduzido: 1769  
Fonte: 1704

---

- Secretaria Municipal do Idoso  
Programa de Trabalho: 08.122.0052.2.358  
Natureza da Despesa: 33.90.39.00  
Código Reduzido: 1704  
Fonte: 1051

---

- Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência  
Programa de Trabalho: 04.122.0001.2.421  
Natureza da Despesa: 33.90.39.00  
Fonte: 1704

---

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda  
Programas de Trabalho:  
08.245.0057.2.442 / 08.245.0058.2.443 / 08.122.0131.2.441 / 08.245.0058.2.441 /  
08.122.0134.2.439  
Natureza da Despesa: 33.90.39.00  
Códigos Reduzidos: 1788 / 1779 / 1792 / 1780 / 0949 / 0951  
Fontes: 2661 / 2660 / 1660 / 1704

---

- Secretaria Municipal de Ambiente e Licenciamento Ambiental e Urbanístico e Fiscalização:  
Programa de Trabalho: 18 122 0052 2328  
Natureza da despesa: 33903900  
Código reduzido: 294  
Fonte: 1704

---



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

- Procuradoria Geral :

Orgão : 02

Unidade Orçamentária : 020104

Função : 04

Projeto/Atividade : 00522308

Elemento de Despesa : 33.90.39.00

Fonte de Recurso 1704

- 
- Secretaria Municipal da Causa Animal e Agricultura:

Programa de Trabalho: 04 122 0052 2342

Natureza da Despesa: 33903900

Código Reduzido: 549

Fonte de Recurso: 1704

- 
- Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico

Programa de Trabalho: 0052

Elemento de Despesa: 3.3.90.40

Fonte: 1704

Unidade Orçamentária: 10

Função: 13

Orgão: 02

Projeto/Atividade: 2323

- 
- Secretaria de Turismo

Ficha Orçamentária: 196

Fonte: 1704

Dotação / Programa / Atividade: 23.122.0052.2322

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00

- 
- Secretaria de Saneamento e Drenagem

Ficha Orçamentária: 17.122.0052.2336

Fonte: 1704

Dotação/Programa/Atividade: 0000427

Elemento de Despesa: 33903900



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### 7 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 - A licitação instaurada possui formato com admissão de AMPLA participação, destinada às empresas interessadas que atenderem às seguintes condições:

7.1.1 - Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

7.1.2 - Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

7.1.3 - Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema [Compras.gov.br-SIASG](http://Compras.gov.br-SIASG) para sua correta utilização;

7.1.4 - Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

7.1.5 - Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

### 7.2 - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (QND HOUVER PARTICIPAÇÃO)

7.2.1 - Para fins de fruição dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 Poderão participar ainda as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da, mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame e que atendam, ainda, aos requisitos especificados nos subitens 7.1.1 a 7.1.4.

7.2.2 - As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que desejarem participar do procedimento licitatório deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

7.2.3 - A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante quando instada pelo Agente de contratação, apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21 em formato similar ao do ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS.

7.2.4 - Caso a licitante ME EPP optante do Simples Nacional venha ser adjudicada e adquira o status de desenquadramento, deverá providenciar comunicação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil -





## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato ou instrumento equivalente), apresentando, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do termo contratual, comprovação da efetivação das providências para a exclusão obrigatória prevista nos artigos 30 e 31, incisos II, da Lei Complementar n.º 123/2006.

7.2.5 - Caso a licitante optante pelo SIMPLES NACIONAL não efetue, nesse caso, a comunicação no prazo assinalado acima, a própria administração, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

### 7.3 - PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

7.3.1 - NÃO SERÁ PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS - No que tange a participação de consórcio, tendo por escopo o objeto ora dimensionado atrelado à sua simplicidade e diminuto vulto licitatório, tal formato não enseja maiores esforços empresariais reunidos para sua conclusão e, portanto, não demanda estruturas ou forças consorciadas. Não obstante mesmo empresas consorciadas podem competir isoladamente sem acarretar qualquer tipo de prejuízo competitivo.

## 8 - DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

8.1 - Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica que estejam enquadradas nas seguintes condições:

8.1.1 - Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com esta Administração Municipal Direta e Indireta, ainda na vigência da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02;

8.1.2 - Impedidas de licitar e contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, Município de Armação dos Búzios, nos termos do inciso III, e parágrafo quarto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

8.1.3 - Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todas os entes federativos, na forma do inciso IV, e parágrafo quinto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

8.1.4 - Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da administração ou com **agente público que desempenhe função na licitação, OU SEJA AUTOR DO TERMO DE REFERENCIA E PROJETO BÁSICO E/OU ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;**

8.1.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

8.1.6 - Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

8.1.7 - O agente público da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

8.1.8 - Na forma de cooperativas ou em consórcio de empresas ou grupo de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;

8.1.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

8.1.10 - Agente público da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

8.1.11 - Que tiverem decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

8.1.11.1 - Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

8.1.12 - Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

8.1.13 - Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do inciso III, do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

8.1.14 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

8.1.15 - Os impedimentos previstos nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 serão aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

8.1.16 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

8.1.17 - Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente que apresente mais de uma proposta de preços para o(s) mesmo(s) item(ens). Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços para o(s) mesmo(s) item(ens), estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

8.1.18 - Licitantes cujo ato constitutivo ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica não declare ou apresente objeto social ou atividade econômica compatível com o objeto do certame.

8.2 - Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

### 9 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E OUTROS DOCUMENTOS

9.1 - As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Compras.gov.br-SIASG, suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

9.3 - Além de outras informações demandadas pelo sistema eletrônico, deverão consignar que compreendem a descrição do objeto pretendido, o(s) preço(s) unitário(s) e total(ais) para o(s) qual(ais) pretende oferecer proposta, de acordo com o ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste edital; que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos; o prazo de execução do objeto, contado do recebimento da solicitação DA CONTRATANTE; o prazo de validade da proposta comercial.

9.4 - Configurada a situação de iminente desenquadramento durante a possível contratação, as licitantes então caracterizadas como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) não poderão utilizar dos benefícios tributários na proposta e planilha de preços a serem apresentadas no certame.

9.5 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

9.5.1 - está ciente do inteiro teor do edital e seus anexos, e que concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

9.5.2 - a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1998, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

9.5.3 - cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

9.5.4 - inexistente impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva À CONTRATANTE;

9.5.5 - possui ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.5.6 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.5.7 - não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezoito anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.5.8 - não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

9.5.9 - cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

9.6 - No caso de licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/ 2021.

9.6.1 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

9.7 - A falsidade da declaração de que trata os itens 9.5.1 a 9.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

9.8 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta(s) ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inserid(a)s no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.9 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.10 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

9.11 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

9.11.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

9.11.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

9.12 - O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo proponente durante a fase de disputa, sendo vedado:

9.12.1 - valor superior a lance já registrado pelo proponente no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

9.13 - O valor final mínimo parametrizado na forma do item 9.11 possuirá caráter sigiloso para os demais proponentes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.13.1 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.13.2 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.13.3 - nos itens/lotos exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

9.13.4 - nos itens/lotos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

### 10 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, contendo preço mensal, preço total mensal e preço total anual do objeto; Descrição do Objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

10.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

10.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5 - Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da finalização da etapa de lances, importará na desclassificação da proposta.

10.6 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

10.7 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

10.9 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos na estimativa elaborada para esta licitação;

10.10 - O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital

10.11 - Será solicitada proposta final realinhada na ocasião em que, em razão da natureza do objeto, houver necessidade de detalhamento e/ou demonstração e/ou conhecimento de custos de serviços e valores de itens componentes ou agregados.

10.11.1 - O formulário da proposta comercial, em sua forma prevista no ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS do edital de licitação, sem prejuízo dos demais formulários quando requisitados, devem ser apresentados pelo licitante quando solicitados pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+,.

10.11.2 - As propostas comerciais e seus anexos que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

10.11.2.1.1 - Em caso de julgamento unitário:

- a) Serão referenciais os valores unitários ofertado pelas respectivas classificadas ora indicados na plataforma bem como os quantitativos e demais variáveis estabelecidos no Anexo II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA do edital.
- b) Se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário ofertado na plataforma e na proposta pela quantidade e prazo (quando houver) prevalecerá o resultado da operação corrigida;
- c) Se forem constatados outros erros de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;





## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

d) Será tolerado valor a menor indicado na proposta em função da incidência de arredondamentos para baixo, devidamente justificado caso a caso, passando este a valor referencial e futuramente contratado;

10.11.2.1.2 - Em caso de julgamento global ou por lote:

a) Será referencial o valor global ofertado na plataforma ou o valor total de cada lote ofertado na plataforma, bem como os quantitativos e demais variáveis estabelecidos no Anexo II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA do edital.

b) Nenhum dos valores individuais dos itens componentes de cada lote ou do total do objeto será superior ao estabelecido no Anexo II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA do edital.

c) Detectada dissonância decorrida dos resultados das operações aritméticas de multiplicação, subtração, soma ou divisão, cujo valor total de cada lote ou global distoe do informado na plataforma, será o licitante instado à adequação **uma única vez e em prazo razoável sob risco de desclassificação**, ressalvado valores a menor indicado na proposta em função da incidência de arredondamentos para baixo, devidamente justificado caso a caso, passando este a valor referencial e futuramente contratado

10.11.3 - Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

10.12 - O prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias contados da data limite para apresentação das propostas.

10.13 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso, persista o interesse DO CONTRATANTE este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

### 11 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 - A abertura da sessão pública deste certame, conduzida pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+, ocorrerá automaticamente pelo sistema na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) através do código CÓDIGO UASG: **980770**

11.2 - A comunicação entre o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat), vedada outra forma de comunicação.

11.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.5 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

11.6 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.7 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.8 - Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.9 - Quando a desconexão do +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.10 - Na hipótese de necessidade da suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de Propostas e documentos de Habilitação de que tratam os artigos 41 e 42 da Lei Federal 14.133/2021, o seu reinício somente poderão correr mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

### 12 - MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1 - Será adotado neste certame eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando o critério de julgamento definido para a licitação, qual seja **MENOR PREÇO GLOBAL**.

12.2 - Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas pelo sistema do recebimento e do valor consignado no registro.

12.3 - Para fins da apresentação dos lances durante a sessão pública da licitação, o valor a ser considerado é o **"PREÇO GLOBAL"**, conforme discriminado no ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA deste Edital.

12.4 - Os licitantes somente poderão oferecer valor INFERIOR ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando, o intervalo mínimo de diferença de valores, conforme estabelecido unitariamente na plataforma, entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

12.5 - Os licitantes somente poderão ofertar valor cujo lance seja INFERIOR inferiores ao último por eles ofertado e registrado no sistema.

12.6 - Os licitantes poderão, ainda, apresentar lances superiores ao lance melhor classificado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

12.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.8 - Os licitantes somente poderão, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

12.9 - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas pelo sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

12.10 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

12.11 - O +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

12.12 - Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

12.13 - No modo de disputa ABERTO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final ABERTO.

12.13.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração indefinida desde que os lances, independente do autor, sejam proferidos com intervalos inferiores a 2 (dois minutos) contados do registro do último ofertado. Extrapolado o prazo de 2 minutos sem oferta de lances o sistema encerrará automaticamente a fase de disputa do que em seguida se iniciará a fase de julgamento e aceitabilidade de proposta pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+

12.14 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

12.14.1 - No caso de ao final da etapa de lances, o primeiro colocado oferecer proposta acima do preço máximo, o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ deverá negociar junto ao mesmo, e em não havendo concordância do licitante, será declarado desclassificado.

12.15 - Na ocorrência de insucesso na situação prevista no subitem anterior, o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ deverá dar continuidade na negociação, junto ao demais licitantes, respeitada a ordem de classificação ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.16 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

12.17 - Ao final da etapa competitiva, observada a prerrogativa das microempresas e empresas de pequeno porte previstas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate previstos no artigo 60 da lei Federal nº 14.133/21.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

12.17.1 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/21.

### 13 - DOS BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS

13.1 - Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

13.1.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) - modalidade pregão ou 10% (dez por cento) - modalidade concorrência - acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.1.2 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem no mesmo intervalo, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.1.3 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.1.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada.

### 14 - DA NEGOCIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS

14.1 - Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício do desempate às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas eventualmente participantes, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/06, o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ deverá propor negociação direta com o licitante melhor classificado, objetivando obter condições mais vantajosas para a Administração, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

14.2 - A negociação será realizada e registrada por meio do sistema Compras.gov.br/SIASG, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, devendo o seu resultado ser formalmente anexado aos autos do processo de licitação.

14.3 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ verificará o impedimento previsto no item 7.2.3.

14.4 - Deverá ser observado, ainda, se o licitante atende às condições de participação no certame, relativamente às exigências previstas deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.4.1 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral de União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

14.5 - As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e, também, de seu sócio majoritário, **por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.6 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

14.6.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

14.6.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

14.6.3 - Constatada a existência de sanção, a licitante será considerada desclassificada, por falta de condição de participação.

14.7 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

### 15 - DA CONFORMIDADE E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

15.1 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

15.2 - Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA –e do ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS –deste edital.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

15.3 - Como critério de aceitabilidade de preços das propostas será(ão) adotado(s) o(s) preço(s) unitário(s) estimado(s), ou seja, após encerrada a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) na ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – deste edital.

15.4 - Será rejeitada a proposta que apresentar as seguintes inadequações:

15.4.1 - conter vícios insanáveis;

15.4.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

15.4.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

15.4.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.4.5 - Abstenção, seja no sistema eletrônico e/ou na proposta escrita, quanto à indicação de marca (quando requerida) e modelo (quando possível), ou ainda indicação de marca e modelo distintos entre o sistema eletrônico e proposta escrita sem justificativa acatada pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+;

15.4.6 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

15.4.7 - Não se fizer acompanhar dos anexos de propostas ou demais instrumentos quando indicados e exigidos pela Administração;

15.5 - Quando solicitado pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial, conforme modelo do ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS , com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados no ANEXO II PLANILHA ORÇAMENTÁRIA –deste edital, no prazo a ser indicado, justificadamente, pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ , de 2 (duas) horas e contado da solicitação efetuada no sistema, devidamente assinada eletronicamente pelo seu responsável ou representante legal.

15.5.1 - Sob o risco de desclassificação em caso do não atendimento, devem acompanhar o formulário do ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS –deste edital preenchidas adequadamente ao valor da proposto com vistas à readequação de sua oferta final

15.6 - A oportunidade delineada no item anterior se extinguirá com o decurso do prazo inicialmente disponibilizado ou de sua prorrogação quando concedida, também sendo considerado findado na ocasião do acudimento da solicitação do +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+

15.7 - O prazo de encaminhamento da proposta readequada, ou de documentos complementares reputados de envio necessário, poderá ser prorrogado por solicitação do licitante dentro do interregno inicial, por igual período, mediante justificativa aceita.





## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

15.7.1 - Para fins de celeridade processual, o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ poderá solicitar remessa de propostas ou mesmo documentação de habilitação concomitantemente de mais de um licitante por vez, sem prejuízo da análise individualizada seguindo-se a ordem de classificação

15.7.2 - A mera solicitação de propostas ou documentos de habilitação não vincula o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ a quaisquer expectativas de análise ou mesmo de direitos nem mesmo pressupõe qualquer tipo de resultado ou condição prévia

15.8 - O +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e a compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, inclusive os seus valores unitários, desclassificando ao final as que estiverem em desacordo com os requisitos estabelecidos neste edital.

15.9 - Como critério de julgamento das propostas, será adotado o MENOR PREÇO GLOBAL.

### 15.10 - DA INEXEQUIBILIDADE

15.10.1 - Na verificação do preço final, deverá realizar a aferição da sua exequibilidade, considerando indícios de inaptidão as propostas inferiores a:

a) No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração – Art. 59 §4º da Lei Federal 14.133/21.

b) No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração – Art. 34 IN SEGES 73/2022

15.10.2 - Encerrada a fase de lances e dada a ordem de classificação, o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ identificará todas as propostas enquadradas na condição do item anterior. Desse modo será estabelecido prazo máximo de até 72 hrs., a depender da complexidade da apuração, para que os licitantes autores das propostas enquadradas instrumentalizem e remetam documentação de COMPROVAÇÃO de sua exequibilidade

15.10.2.1 - Para fins de apuração da exequibilidade, a licitante deverá elaborar e remeter cumulativamente:

a) ANEXO III -MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor acompanhada de seus respectivos anexos de proposta forma requisitada no item 15.5.1.;

b) Documentos de origem fiscal ou de faturamento ou contratual de COMPROVEM a habitualidade e/ou disponibilidade e/ou viabilidade – seja sob o prisma prático ou econômico – para a correta prestação do serviço e/ou fornecimento nos moldes estabelecidos no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA,



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

c) Declaração do ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DE PREÇOS PROPOSTOS em que se expresse inequivocamente de que seu preço é plenamente exequível sem atribuir à contratada custos complementares de qualquer ordem, declarando ainda a plena ciência e sujeição às sanções legais cabíveis em caso de inexecução contratual;

d) Demais documentos que venham a ser requeridos pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ que sejam necessários a apuração

e) A critério do licitante, demais documentos que julgue pertinente;

15.10.3 - Decorrido o prazo do item anterior do que se constate ausência de quaisquer dos elementos supra elencados, a proposta será imediatamente desclassificada;

15.10.4 - Tratando-se de matéria técnica e/ou específica e conforme indicação constante do termo de referência, a conformidade e aceitabilidade (incluindo exequibilidade) poderá ser apurada pelo corpo técnico da pasta requisitante, devidamente identificado, a qual emitirá laudo conclusivo devidamente justificado quanto à condição da proposta

15.10.4.1 - No decurso da análise da exequibilidade outros documentos que se fizerem imprescindíveis à correta análise poderão, casuisticamente, ser solicitados em caráter diligencial de forma a complementar o estudo, do que será devidamente comunicado ao licitante e concedido prazo para providências.

15.10.5 - A abstenção quanto à remessa de quaisquer das peças elencadas no item 15.10.2.1 alíneas a a d, das peças e instrumentos requisitados nos prazos consignados, pressupõe desinteresse e/ou desídia do licitante o que culminará na desclassificação imediata e automática de sua proposta.

15.10.6 - A inexecuibilidade somente será considerada após diligência efetuada pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ que resulte comprovação de que:

I - o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

15.10.7 - Uma vez declarada(s) exequível(eis) a(s) proposta(s) apurada(s), será(ao) o(s) licitante(s) conduzido(s) à fase de habilitação do certame.

15.11 - O +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

15.12 - O +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal DA CONTRATANTE para orientar sua decisão.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

15.13 -A invocação de profissional ou corpo técnico da administração para fins de julgamento sobre assunto não alçável às competências e faculdades próprias do agente de contratação, incidentes sobre aceitabilidade de proposta; fase amostral ou prova de conceito; exequibilidade de preços e qualificação técnico-habilitatória, possui o condão de orientar o certame e portanto vinculam os profissionais à licitação quando tal juízo produza efeitos sobre os resultados, na forma do art. 28 do DECRETO-LEI Nº 4.657/42

15.14 -Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

15.15 -A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.

### 15.16 -DA GARANTIA DE PROPOSTA

15.16.1 - Não será exigida garantia de proposta para este certame

## 16 - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

16.1 - O +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ observará o cumprimento das exigências de habilitação previstas no item 17 deste edital,.

16.1.1 - A fase habilitatória será inaugurada após o julgamento de todos os itens e esgotamento da fase de propostas.

16.2 - No exame da documentação de habilitação será utilizado os dados constantes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, sendo que os documentos exigidos que não estejam neste contemplados deverão ser enviados por meio do sistema Comprasgov, quando solicitado pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ , até a conclusão da fase de habilitação

16.3 - Será considerado por marco temporal de exigibilidade documental para fins de aferição de proposta e habilitação a própria data inaugural do certame, aquela por sua vez coincidente com a data de abertura das propostas iniciais de forma que a licitante comprove o cumprimento de todas as condições habilitatórias e todos os outros demais critérios editalícios já na data do aludido marco sem prejuízo de manter atualizada a documentação previamente ao firmamento da ata de registro de preços e/ou contrato e durante toda a sua vigência.

16.4 - Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do(s) licitante(S) melhor(es) classificado(s).

16.5 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

16.6 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

16.7 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

16.8 - Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição, complementação ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

16.9 - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares ao SICAF, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da convocação efetuada no sistema, podendo ser solicitada prorrogação pelo licitante dentro do interregno inicial por igual período, nas situações elencadas no § 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022.

16.10 - A verificação do +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.11 - Na análise dos documentos de habilitação, o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme previsto no § 1º do artigo 64 da Lei Federal 14.133/21.

16.12 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

16.13 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ , examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

16.14 - A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

16.15 - As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes para atendimento de exigências de habilitação, inicialmente apresentados em tradução livre.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

16.15.1 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a contratação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

### 17 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1 - São exaustivos os critérios e a documentação de habilitação mencionados neste item e subitens

17.2 - Os critérios habilitatórios já constantes do sistema SICAF, que demonstrem compatibilidade com as condições de habilitação deste edital dispensam remessa documental;

#### 17.3 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

17.3.1 - Declaração **De Inexistência De Vínculos** Com Administração Pública - no modelo fornecido no ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE VÍNCULOS COM A ADMINISTRAÇÃO deste edital;

17.3.2 - **Empresário Individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.3.3 - **Sociedade Simples**: Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

17.3.4 - **Microempreendedor Individual-MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios-br/empreendedor/>;

17.3.5 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

17.3.5.1 - **Sociedades por ações**, será necessária a apresentação conjunta de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

17.3.6 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

17.3.7 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.](#)

17.3.8 - Os documentos apresentados deverão indicar os responsáveis pela Administração e estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 17.4 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

17.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - **CNPJ/MF**;

17.4.2 - Prova de inscrição **no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal**, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

17.4.3 - Prova de regularidade para com **a Seguridade Social e a Fazenda Federal**, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

17.4.4 - Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, relacionado à sede do licitante, através da apresentação de **Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS)** expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal;

17.4.5 - Prova de regularidade para com a **Dívida Ativa Estadual**, relacionado à sede do licitante, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

17.4.6 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, , relacionado à sede do licitante, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda,

17.4.7 - Certidão da **Dívida Ativa Municipal**, relacionado à sede do licitante, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

17.4.7.1 - Empresas sediadas em município que emita Certidão Negativa de Débitos unificada (tributos e dívida ativa), sem que haja declaração expressa em seu conteúdo de que estão contemplados aqueles inscritos em Dívida Ativa, deverão apresentar documentação suplementar que esclareça tal informação tornando-a inequívoca (Ex.: Legislação própria municipal; declaração de servidor





## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

competente vinculado ao Município emissor, outras), de modo a possibilitar ao +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ a promoção das diligências necessárias e/ou à verificação daquilo que for informado, se for o caso.

17.4.8 - Certificado de Regularidade de Situação perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

17.4.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa **de Débitos Trabalhistas** (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

17.4.10 - DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS:

17.4.10.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

17.4.10.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

17.4.10.3 - A falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, consoante os termos do §5º do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observando, se for o caso, as demais hipóteses previstas no parágrafo quarto.

17.4.10.4 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 17.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.5.1.1 - **Comprovação de capacidade técnica, por meio da apresentação** que comprove(m) experiência prévia em serviços de locação de parque computacional, contemplando suporte técnico com SLA, manutenção preventiva e corretiva e gestão de ativos de TIC, totalizando, no mínimo, 1200 (mil) máquinas, no intervalo de 12 meses, no sistema previsto neste item.de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA –deste edital, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

17.5.1.1.1 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

17.5.1.1.2 - Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação

17.5.1.2 - Declaração De Pleno Conhecimento Das Condições Do Objeto – no modelo do ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO OBJETO deste edital;

17.5.1.2.1 - A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante dos documentos técnicos que integram este Projeto Básico, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

a) A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail;

b) O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até dois dias úteis anteriores à data prevista para o início do certame;

c) Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato;

d) Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação em até 48 horas antes da data fixada para a sessão pública;

e) Caso o licitante opte por não realizar a vistoria técnica, o mesmo deverá apresentar declaração específica nos moldes constantes do ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO OBJETO deste edital e não poderá alegar como fundamento para o inadimplemento total ou parcial das obrigações previstas nos documentos integrantes do instrumento convocatório

### 17.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

17.6.1 - A situação econômico-financeira das empresas licitantes será avaliada da análise do(s) balanço(s) patrimonial(ais), a serem apresentados na forma da lei, para os quais serão observados os índices e resultados abaixo relacionados após a aplicação das seguintes fórmulas contábeis:

$$\text{A) Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} \geq 1$$

$$\text{B) Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

$$\text{C) Solvencia Geral} = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} \geq 1$$

17.6.2 - Comprovação de **patrimônio líquido igual ou superior a 10%** do valor estimado para a contratação, para os dois exercícios financeiros exigíveis.

17.6.3 - Os resultado econômico perfilado nos subitens anteriores edital serão exigido para os dois últimos períodos contábeis exigíveis, conforme art. 69-I da Lei 14.133/2021, à exceção dos casos em que a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, na forma do artigo § 6º do artigo 69 da Lei Federal 14.133/21.

17.6.4 - Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida por todos os cartórios competentes na comarca sede da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

17.6.4.1 - É prerrogativa do pregoeiro a consulta perante a sede do licitante de forma a apurar as comarcas responsáveis pela distribuição de ações falimentares. A constatação de ausência da certidão expedida por quaisquer dos ofícios competentes na aludida comarca ensejará a imediata inabilitação da licitante.

17.6.4.2 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

17.6.4.3 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

17.6.5 - Para fins de apresentação de balanço patrimonial, será exigido apresentação de balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

17.6.5.1 - Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

17.6.5.1.1 - Publicados em Diário Oficial; ou

17.6.5.1.2 - Publicados em jornal de grande circulação;

17.6.5.1.3 - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

17.6.5.1.4 - Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

17.6.5.2 - Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

17.6.5.2.1 - Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente;

17.6.5.2.2 - Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

17.6.5.2.3 - Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

17.6.5.3 - Sociedade criada no exercício em curso:

17.6.5.3.1 - Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou

17.6.5.3.2 - Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

17.6.5.4 - Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

17.6.5.4.1 - Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

17.6.5.4.2 - Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

17.6.6 - As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial, contando inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

17.6.7 - Não serão aceitas escriturações contábeis:

- a) apresentados em períodos distintos dos já exigíveis;
- b) incompletas e/ou compostas por peças de sistemas distintos (a exemplo de JUNTA COMERCIAL e SPED) referentes ao mesmo período de escrituração;
- c) De somente um único período, à exceção de quando a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, na forma do artigo § 6º do artigo 69 da Lei Federal 14.133/21;
- d) Com resultados parciais que não acumulados com os períodos finais de cada exercício.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

17.6.8 - A exigência de apresentação dos balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, na forma do artigo § 6º do artigo 69 da Lei Federal 14.133/21.

17.6.9 - O resultado econômico-patrimonial perfilado poderá ser apresentado em demonstrativo contábil único na ocasião em que o último já exigível apresente os resultados patrimoniais dos dois últimos exercícios patrimoniais já exigíveis, à exceção no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, na forma do artigo § 6º do artigo 69 da Lei Federal 14.133/21.

17.6.9.1 - O disposto no item anterior não contraria as disposições do art. 69-I da 14133/21 visto que sua redação enfatiza resultados e não distingue número de instrumentos a serem apresentados, podendo mesmo ser instrumento único desde que cumpridas as formalidades de apresentação na forma já especificada neste edital e traga em seu corpo os resultados referentes aos dois últimos exercícios sociais já exigíveis, ou múltiplos desde que devidamente formalizados e demonstrem os resultados dos períodos requeridos.

17.6.10 - Os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelo representante legal da empresa e contabilista responsável, ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

17.6.11 - Se, após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis, tiver havido modificações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último balanço patrimonial, será esta considerada, desde que homologada pela junta comercial e acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração.

17.6.12 - A licitante deverá apresentar, caso exigido pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+, demonstração e declaração, assinada por profissional habilitado da sua área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômico financeiros previstos e exigíveis na licitação.

### 18 - RECURSOS

18.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

18.3 - No que concerne as decisões proferidas nesta licitação, atinente a cada fase tratadas em separado – proposta e habilitação - qualquer licitante interessado em recorrer, deverá manifestar campo próprio do sistema sua intenção recursal, no prazo de 10 (dez) minutos a ser concedido pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ após o proferimento de resultado sob pena de preclusão. Fica autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor no caso de inexistência de manifestação.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

18.4 - As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema.

18.5 - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado a partir do dia útil seguinte ao final do prazo de apresentação das razões recursais.

18.6 - A via protocolar de apresentação de recursos e contrarrazões será exclusivamente a própria plataforma COMPRASGOV, desconsiderados quaisquer outras formas de remessa ou fora do prazo estabelecido.

18.7 - Sob o risco de invalidação, as peças recursais e de contrarrazões deverão fazer referencia à administração, ao certame e ao objeto bem como deverão indicar a data do documento e contar com assinatura eletrônica digital.

18.7.1 - Os recursos e contrarrazões terão sua aceitabilidade condicionada exclusivamente à oposição de assinatura eletrônica, precluindo-se a oportunidade peticional em caso diverso

18.8 - Será legitimado à impetração das razões recursais ou contrarrazões os responsáveis pela administração da sociedade, assim indicados no contrato social ou documento dotado de fé pública ou quem por estes venha a ser designado, fazendo-se o recurso acompanhar por ato de delegação de poderes ou procuração contendo indicação do autor para representação da proponente perante certames licitatórios ou especificamente ao certame recorrido.

18.9 - Os recursos e as contrarrazões serão dirigidas ao +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ que proferiu a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o encaminhará, relatando suas razões de forma fundamentada e motivada, à autoridade Superior Competente, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.10 -O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.11 -Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, à autoridade Superior Competente adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

18.12 -Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.13 -O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.





## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### 19 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - O licitante/adjudicatário participante do procedimento licitatório estará sujeito, durante o seu transcorrer, à aplicação das seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21:

- 19.1.1 - Advertência
- 19.1.2 - Multa
- 19.1.3 - Impedimento de Licitar e Contratar, e
- 19.1.4 - Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar.

19.2 - Estarão passíveis das sanções previstas no item anterior, os licitantes que, com dolo ou culpa, se enquadrarem nas seguintes situações:

19.2.1 - declarado inidôneo ou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Armação dos Búzios, que se apresente para participar de procedimento licitatório, conforme artigo §2º do artigo 337-M do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

19.2.2 - venha frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório, conforme artigo 337-F do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

19.2.3 - afaste ou tente afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, conforme artigo 337-K do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

19.2.4 - devasse o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo, conforme artigo 337-J do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21).

19.2.5 - patrocine, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, conforme artigo 337-G do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/21);

19.2.6 - deixe de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+;

19.2.7 - não mantenha a proposta, dentro prazo de sua validade, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

19.2.7.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.2.7.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.2.7.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.2.7.4 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

19.2.8 - não celebre o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.2.8.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.2.9 - apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.2.10 - fraude a licitação;

19.2.11 - comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.2.11.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.2.11.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.2.11.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.2.12 - pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.2.13 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n.º 12.846/13, em especial:

19.2.13.1 - venha impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público, conforme a letra b do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

19.2.13.2 - crie, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública, conforme a letra e do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

19.2.13.3 - obtenha vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais conforme a letra f do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

19.3 - Na aplicação das sanções, conjugadas as diretrizes do §1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, e do artigo 7º da Lei Federal 12.846/13, será observado o princípio da proporcionalidade, considerando-se especialmente (1) a natureza e a gravidade da infração cometida, (2) as peculiaridades do caso concreto, (3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes, (4) os danos para a Administração, (5) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator, (6) a consumação ou não da infração, (7) o grau de lesão ou perigo de lesão, (8) o efeito negativo produzido pela infração, (9) a situação econômica do infrator, (10) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, (11) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

19.4 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.2.1, 19.2.6 a 19.2.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.5 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.2.2 a 19.2.5, 19.2.9 a 19.2.13, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.2.1, 19.2.6 a 19.2.8, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.6 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.6.1 - Para as infrações previstas nos itens 19.2.1, 19.2.6 a 19.2.8, a multa será de 0,5% a 15% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

19.6.2 - Para as infrações previstas nos itens 19.2.2 a 19.2.5, 19.2.9 a 19.2.13, a multa será de 15% a 30% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

19.7 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar.

19.8 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

19.8.1 - Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura do Contrato, ou da ata de registro de preço (ou retirada/aceite de empenho ou instrumento equivalente) sem a manifestação do adjudicatário, ficará configurada a referida recusa, sujeitando-o a multa moratória de 1% por dia de atraso injustificado, com base no valor adjudicado, na forma prevista no termo de referência, além da aplicação da aplicação do Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de até 3 (três) anos.

19.8.2 - Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual, a signatária da Ata de Registro de Preços/Contratada estará sujeita a multas no caso da ocorrência das situações correlacionadas e graduadas adiante, relacionadas especificamente a efetiva execução do objeto, relevadas possíveis justificativas que possam ser apresentadas por parte da contratada.

**MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026**

TABELA DE EVENTOS			
ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
1	O atraso injustificado na assinatura de Ata de registro de preços/Contrato fora do prazo definido previamente no edital do certame e seus anexos.	Multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado	Valor Adjudicado ou valor da parcela a ser contratada respectivamente, conforme o caso.
2	Não disponibilização de canal de atendimento seja telefonico ou por maio digital, inviabilizando a devida comunicação com a signatária do Contrato/Ata de registro de preços	Multa moratória de 0,5% duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor da ata ou do contrato ou parcela inadimplida
3	O atraso injustificado na entrega do objeto fora do prazo previsto no instrumento contratual, edital e anexos.	Multa moratória de 1% por dia de atraso injustificado, limitada a 20%	Valor da parcela inadimplida
4	Entrega do objeto fora das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência	Multa compensatória de 5% duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor da ata ou do contrato ou parcela inadimplida
5	Desatender as determinações regulares da Autoridade designada para o acompanhamento e fiscalização, assim como as de seus superiores (inciso II do art. 137 da Lei Federal 14133/21)	Multa compensatória de 5% por ocorrência, limitada a 30%	Valor da ata ou remanescente
6	Efetuar Subcontratação total ou parcial do objeto não admitida no contrato ou edital e seus anexos (Inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória de 20%	Valor da ata/contrato ou remanescente

19.9 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21.

19.10 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.11 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.12 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.13 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

19.14 -O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.15 -A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

19.16 -As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme previsto no artigo 161 na Lei Federal nº 14.133/21.

19.17 -As sanções administrativas aplicáveis por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência e/ou na Minuta do Contrato, que constituem anexos deste Edital de Licitação.

### 20 - DA CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO E PARA A CONTRATAÇÃO

#### 20.1 - DA FORMAMIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1.1 - Uma vez **homologado** o resultado da licitação pelo titular do órgão requisitante, o registro de preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nas condições previstas neste edital e anexos, conforme o modelo constante no ANEXO VIII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deste edital, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com validade de 1 (um) ano, a partir da sua assinatura.

20.1.2 - A Administração enviará à adjudicatária a Ata de Registro de Preços para a assinatura de seu representante legal.

20.1.3 - A Ata assinada deverá ser devolvida à Administração no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

20.1.4 - O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo prestador dos serviços convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

20.1.5 - Para assinatura da ata de registro de preços, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.

20.1.6 - O presente edital, bem como os seus anexos, e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da ata de registro de preços.

20.1.7 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, em até 5 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando à Administração convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.

20.1.8 - A Ata de Registro de Preços assinada deverá ser devolvida acompanhada da cópia da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura da Ata e o ato



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

20.1.9 - Havendo manifestação de interessados durante o procedimento licitatório, poderá ser formalizado Cadastro de Reserva de Fornecedor(es), objetivando posteriormente a substituição da titularidade da ata de registro de preços em decorrência de cancelamento, devendo nesse caso ser respeitado preços iguais ao do licitante vencedor e observado a ordem de classificação final.

20.1.10 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

### 20.2 - DA ASSINATURA DO CONTRATO

20.2.1 - Após a homologação e/ou assinatura da ata de registro de preços, a licitante vencedora será convocada para a celebração do contrato, nos termos da minuta constante do ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO deste edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

20.2.2 - A convocação do adjudicatário se dará dentro do prazo de validade de sua proposta, por e-mail e/ou via telefone, ficando este obrigado a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

20.2.3 - Quando da ocasião da assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

20.2.4 - Caso a licitante vencedora não proceda a assinatura do instrumento contratual ou não cumpra os requisitos prévios e condicionantes para assinatura, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às sanções legais cabíveis, especialmente as previstas neste edital de licitação, minuta de contrato e demais anexos.

20.2.5 - Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, o +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ realizará a reabertura do certame, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda e proporcione a viabilização da contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

20.2.6 - Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observado o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;





## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

20.2.7 - As sanções administrativas mencionadas no item 20.3.5 não serão aplicáveis aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem anterior.

20.2.8 - O contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

### **21 - GARANTIAS FINANCEIRAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E GARANTIA ADICIONAL**

21.1 - NÃO haverá exigências quanto ao recolhimento de Garantias Financeiras Da Execução Contratual E Garantia Adicional

### **22 - RECEBIMENTO DO OBJETO**

22.1 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

22.2 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

22.3 - Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

22.4 - O recebimento definitivo dos serviços pela Administração não exclui a responsabilidade civil da executante por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.

22.5 - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato

22.6 - Os serviços ou obras serão recebidos na forma abaixo discriminada, observado o disposto no art. 140, I da Lei 14.133/21:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### 23 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1 - Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e, nominal a Secretaria Municipal de Administração fazendo-se consignar seu respectivo CNPJ do contratante.

23.2 - A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva à secretaria contratante até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

23.3 - A CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante crédito em conta-corrente da contratada, mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, a contar da atestação da nota fiscal/fatura apresentada, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.

23.4 - A Administração não se obrigará a pagar o valor integral da contratação decorrente da licitação, tendo como obrigação mensal pagar pelos serviços ou produtos efetivamente executados ou entregues.

23.5 - De acordo com autorização a ser consignada no instrumento contratual, a Administração poderá, verificado o descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, realizar a retenção de valores relativos à nota(s)/fatura(s) para fins da realização de pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, assegurando o devido exercício do direito do contraditório à contratada.

23.6 - Os pagamentos estarão sujeitos a ajustes e glosas em decorrência do eventual desatendimento de metas previstas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelecido no Termo de Referência da licitação;

23.6.1 - No caso da ocorrência de descontos, a contratada deverá ser comunicada previamente para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado.

23.7 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Administração, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

23.8 - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Ordenador de Despesas, em processo próprio, que se iniciará com o necessário requerimento que lhe for dirigido pela licitante contratada.

23.9 - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da licitante contratada, aplicar-se-á, no que couber, a retenção tributária na fonte dos tributos federais e municipais, conforme disposto na Lei Federal nº 9.249, de 26/12/1995, na Lei Federal 9.430, de 27/12/1996, na



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11/01/2012, na Instrução Normativa SRF nº 971, de 13/11/2009, e na Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços.

23.10 - A contratada que estiver enquadrada nas hipóteses de não retenção tributária (artigo 4º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) ou amparada por medida judicial que suspenda a exigibilidade do crédito tributário (artigo 36º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) deverá apresentar o documento de cobrança acompanhado da comprovação de que continua enquadrada ou amparada, sob pena de retenção de tributos pela fonte pagadora.

23.11 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

### 24 - REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

24.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis, e inexistirá a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira antes do interregno mínimo de um ano.

24.2 - Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados ou contratados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata ou do contrato tal como pactuados, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - No caso de prorrogação do prazo contratual, e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data base da apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro ocorrido nesse(s) contrato(s), da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser repactuados visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela contratada, na forma apresentada no subitem que se seguirá, competindo à contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da contratante.

24.3 - A repactuação deverá observar o interregno de 1 (um) ano, e a sua solicitação se vinculará às seguintes datas:



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

24.3.1 - à apresentação das propostas, para os custos dos insumos, sujeitos à variação de preços do mercado, sendo adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

24.3.2 - ao acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

24.4 - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 108 da Lei Federal 14.133/21.

24.5 - A Administração deverá efetuar resposta ao pedido de repactuação no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei Federal 14.133/21.

24.6 - Nas repactuações seguintes o prazo será contado a partir dos efeitos financeiros da repactuação anterior.

24.7 - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação,.

24.8 - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

24.9 - Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

24.10 - É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

24.11 - Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

## 25 - SUSTENTABILIDADE

25.1 - A **contratada** deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber, além de observar todas as condições específicas previstas no termo de referência.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### 26 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

26.1 - Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ no endereço [licitacao@buzios.rj.gov.br](mailto:licitacao@buzios.rj.gov.br), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública, observado o horário limite de expediente diurno de 17:00 horas.

26.2 - O +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

26.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+, nos autos do processo de licitação.

26.4 - A decisão acerca da impugnação, que será proferida até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, caberá ao +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+, ouvida a pasta requisitante quando necessário..

26.5 - Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado o prazo de ancoragem específico, conforme artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021.

26.6 - As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente no portal da transparência da Prefeitura de Búzios <https://transparencia.buzios.rj.gov.br/e> e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), além do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observados os prazos previstos no item 26.2 e 26.4, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

26.7 - Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

### 27 - CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

27.1 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+.

27.2 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

27.3 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.4 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.5 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.7 - É facultada ao +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+ e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

27.8 - A autoridade superior da Administração promotora da licitação poderá revogar esta licitação por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

27.9 - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

27.10 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

27.11 - Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme previsto no § 3º, do artigo 71, da Lei Federal nº 14.133/2021.

27.12 - Na hipótese da ilegalidade ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no artigo 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

27.13 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e findando-se estes somente em dias de expediente na Administração.

27.14 - O edital de licitação, e seus anexos, estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico [www.buzios.rj.gov.br](http://www.buzios.rj.gov.br) e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), locais em que serão disponibilizados ainda o acompanhamento dos resultados das fases desta licitação.





## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

27.15 - Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas. Por outro lado, havendo divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerá este.

27.16 - Havendo conflitos ou divergências de especificações de produtos e serviços contantes do sistema eletrônico e do Termo de Referência, prevalecerão às do Termo de Referência.

27.17 - Os documentos declaratórios ou certificações expedidas especificamente para participação no certame (tais como declarações, certificações, propostas e congêneres) que se fizerem necessários à participação no presente certame e remetidos à Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios deverão sê-los com a devida assinatura eletrônica, na forma estabelecida pela Lei Federal nº 14.063/2020.

27.17.1 - Demais documentos com assinatura física, por ventura digitalizados e submetidos à Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, terão sua aceitabilidade condicionada à verificação de sua autenticidade através das diligências possíveis, se necessário.

27.17.2 - Impugnações, recursos e contrarrazões terão sua aceitabilidade condicionada exclusivamente à aposição de assinatura eletrônica, precluindo-se a oportunidade peticional em caso diverso

27.18 - Os casos omissos serão resolvidos pelo +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+, com auxílio da equipe de apoio.

27.19 - A Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios e as licitantes do certame elegem o foro do Município de Armação dos Búzios para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

27.20 - **Recomenda-se a visita diária ao Portal da Transparência** para maiores informações e acompanhamento do desenvolvimento e desdobramento do certame.

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, 19 de junho de 2026

**Paulo Henrique de Lima Santana**  
**Coordenador de Licitações e Contratos**



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

**ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA**



## TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de Solução de Tecnologia da Informação – Desktop as a Service (DaaS)  
Município de Armação dos Búzios/RJ.

### OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de solução integrada de infraestrutura computacional sob o modelo Desktop as a Service (DaaS), compreendendo o fornecimento, disponibilização e gestão de estações de trabalho do tipo desktop corporativo padrão e workstations de alta performance, incluindo monitores, nobreaks, periféricos, instalação física, configuração inicial, integração ao ambiente tecnológico institucional, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, substituição temporária e definitiva de equipamentos, gestão centralizada de ativos de TIC, atendimento estruturado por níveis mínimos de serviço (Service Level Agreement – SLA), reposição técnica para cobertura de sinistros e logística reversa com retirada e sanitização segura ao término da vigência contratual.
- 1.2. A solução deverá garantir modernização, padronização tecnológica, continuidade operacional, segurança da informação, previsibilidade orçamentária e mitigação de riscos de indisponibilidade, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Armação dos Búzios/RJ, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.3. O objeto caracteriza-se como **serviço comum de TIC com fornecimento de bens associados**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e amplamente disponíveis no mercado.
- 1.4. A licitação será realizada através da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – Internet, de acordo com Lei Federal nº 10.520/02

## 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 2.1. A presente contratação encontra respaldo jurídico nas normas que regem as contratações públicas, a responsabilidade fiscal, a proteção de dados e a sustentabilidade ambiental, observando especialmente:

**I – Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, notadamente:



II – **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, especialmente quanto à compatibilidade orçamentária e financeira da despesa, nos termos do art. 16.

III – **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD)**, considerando que a solução envolve tratamento de dados institucionais e pessoais, exigindo medidas técnicas de segurança da informação e descarte seguro de ativos.

IV – **Decreto Municipal nº 2.138/2023**, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Armação dos Búzios.

2.2. A contratação também observa as boas práticas de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, a análise de ciclo de vida do objeto (Total Cost of Ownership – TCO) e os mecanismos de gestão de riscos e controle preventivo previstos na legislação vigente.

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O parque computacional atualmente em operação no âmbito da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios apresenta elevado grau de obsolescência tecnológica, heterogeneidade de configurações e aumento progressivo de custos de manutenção corretiva, fatores que comprometem a padronização institucional, a eficiência operacional e a continuidade dos serviços públicos.

3.2. Levantamentos técnicos realizados pela Gerência de Tecnologia da Informação indicam que parte significativa dos equipamentos ultrapassou o ciclo de vida recomendado para ambientes corporativos, operando com limitações de desempenho, incompatibilidade com versões atualizadas de sistemas institucionais e maior incidência de falhas. Tal cenário gera impacto direto na produtividade dos servidores, elevação do tempo médio de indisponibilidade das estações de trabalho e risco potencial de paralisação de atividades administrativas essenciais.

3.3. Diante desse contexto, a adoção do modelo Desktop as a Service (DaaS) mostra-se técnica e economicamente mais adequada sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto (Total Cost of Ownership – TCO), uma vez que:

- Reduz a necessidade de imobilização de capital (CAPEX), convertendo a despesa em natureza operacional (OPEX), com melhor distribuição financeira ao longo da vigência contratual;
- Transfere à contratada o risco de obsolescência tecnológica, mitigando impactos decorrentes da rápida evolução do setor de TIC;



- Garante atualização tecnológica contínua e compatibilidade permanente com os sistemas institucionais;
- Assegura previsibilidade orçamentária, evitando despesas extraordinárias com manutenção emergencial e substituições imprevistas;
- Mitiga riscos de paralisação administrativa por meio de SLA estruturado e substituição tempestiva de equipamentos;
- Fortalece a governança de TIC e o controle patrimonial, mediante gestão centralizada de ativos, relatórios periódicos e monitoramento de desempenho.

3.4. Sob a ótica jurídica e de governança pública, a solução proposta encontra alinhamento com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de considerar o ciclo de vida do objeto e adotar mecanismos preventivos de controle.

3.5. Importa destacar que o Município já opera sob modelo de locação de estações de trabalho, estando o contrato atual em fase final de vigência. A presente contratação, portanto, não representa inovação abrupta de política administrativa, mas sim continuidade planejada da solução tecnológica adotada, com aprimoramento técnico das especificações e adequação às demandas institucionais atuais.

3.6. Assim, a contratação revela-se necessária, proporcional e vantajosa ao interesse público, constituindo medida essencial para assegurar modernização tecnológica, continuidade dos serviços públicos, segurança da informação e eficiência administrativa municipal.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

4.1. A solução proposta consiste na implementação de infraestrutura computacional corporativa sob o modelo Desktop as a Service (DaaS), estruturada como serviço continuado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com fornecimento integrado de equipamentos, gestão de ciclo de vida, suporte técnico especializado e monitoramento por níveis mínimos de serviço (SLA), durante toda a vigência contratual.

4.2. O modelo adotado contempla não apenas a disponibilização física dos ativos, mas a gestão integral da solução, compreendendo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, substituição programada, monitoramento de desempenho,



controle patrimonial e retirada com sanitização segura ao término do contrato.

4.3. A arquitetura da solução está segmentada em duas categorias principais de equipamentos, conforme a natureza das atividades institucionais:

#### 4.3.1. **Desktops Padrão Corporativo**

- As estações de trabalho padrão destinam-se ao atendimento das atividades administrativas gerais das Secretarias Municipais, incluindo processamento de sistemas corporativos, uso de ferramentas de escritório, acesso a plataformas web institucionais e execução de aplicações internas.
- Cada estação deverá ser entregue como solução completa, incluindo:
  - Unidade central de processamento (desktop);
  - Monitor corporativo de padrão institucional;
  - Nobreak compatível;
  - Periféricos (teclado e mouse);
  - Sistema operacional licenciado;
  - Instalação física e testes de funcionamento;
  - Suporte técnico integral durante a vigência contratual.
- A configuração técnica deverá assegurar desempenho adequado, segurança da informação, compatibilidade com os sistemas institucionais e capacidade de operação em ambiente corporativo com uso simultâneo de aplicações.

#### 4.3.2. **Workstations de Alta Performance**

- As workstations destinam-se às Secretarias com demandas técnicas especializadas, tais como:
  - Engenharia e elaboração de projetos técnicos;
  - Modelagem 3D;
  - Geoprocessamento e análise cartográfica;
  - Produção gráfica e audiovisual;
  - Edição de vídeo e imagens de alta resolução;
  - Processamento de dados técnicos de maior complexidade.
  - Esses equipamentos deverão possuir arquitetura de alto desempenho, com processadores multicore avançados, memória expandida, placas gráficas dedicadas profissionais e armazenamento de alta velocidade, garantindo estabilidade, fluidez e confiabilidade em aplicações que demandem processamento intensivo.





#### 4.3.3. Gestão de Ativos de TIC

- A solução inclui gestão estruturada de ativos computacionais, contemplando:
  - Inventário atualizado e rastreável de todos os equipamentos;
  - Identificação patrimonial individualizada;
  - Registro de histórico de manutenção;
  - Controle eletrônico de chamados técnicos;
  - Monitoramento de indicadores de disponibilidade;
  - Relatórios mensais consolidados de desempenho;
  - Controle de substituições e movimentações internas.
- A gestão deverá permitir rastreabilidade, transparência e apoio à fiscalização contratual, fortalecendo os mecanismos de governança e controle interno.

#### 4.3.4. Níveis Mínimos de Serviço (SLA)

- A prestação dos serviços deverá observar acordo formal de níveis mínimos de serviço (SLA), contemplando:
  - Atendimento técnico estruturado com registro formal de chamados;
  - Prazos máximos para resposta e solução;
  - Substituição temporária em caso de falha recorrente;
  - Penalidades e glosas por descumprimento;
  - Índice mínimo de disponibilidade global da solução igual ou superior a 98%.
- O SLA constitui instrumento de mitigação de riscos operacionais, assegurando continuidade dos serviços públicos e previsibilidade contratual.

### 5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

5.1. As especificações abaixo definem requisitos mínimos obrigatórios de desempenho, qualidade, segurança e compatibilidade, vedada a oferta de equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção.

5.2. Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, originais de fábrica, e estar em linha de fabricação na data da apresentação da proposta.

#### 5.2.1. Desktop Padrão Corporativo

- **Processador**
  - Arquitetura x86-64 bits;



- Mínimo de 6 (seis) núcleos físicos e 12 (doze) threads;
- Frequência turbo mínima de 4.0 GHz;
- Suporte a instruções AES-NI ou equivalente para criptografia;
- Compatível com memórias DDR4;
- Controladora gráfica integrada compatível com DirectX 12 ou superior;
- Processador deverá estar em linha de produção.
- **Placa-mãe / BIOS / UEFI**
  - Firmware UEFI 2.1 ou superior;
  - Suporte a Secure Boot;
  - Compatível com NIST SP 800-147 e NIST SP 800-193;
  - Controle de acesso por senha (inicialização e configuração);
  - Suporte a TPM 2.0 integrado (on-board ou fTPM);
  - Possibilidade de desabilitar portas USB;
  - Compatível com ACPI e Plug-and-Play.
- **Memória RAM**
  - 16GB DDR4, mínimo 4200 MT/s;
  - Configuração obrigatória em dual channel (2x8GB);
  - Expansível para no mínimo 32GB.
- **Armazenamento**
  - SSD NVMe PCIe x4;
  - Capacidade mínima de 512GB;
  - Velocidade mínima de leitura de 4.000 MB/s e gravação de 1.500 MB/s.
- **Rede e Conectividade**
  - Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps com suporte a Wake-on-LAN e PXE;
  - Wi-Fi 6 (802.11ax), homologado pela Anatel;
  - Bluetooth 5.0 ou superior.
- **Interfaces**
  - Mínimo 6 portas USB (sendo ao menos 2 USB 3.2);
  - 1 porta RJ-45;
  - 1 HDMI + 1 DisplayPort;
  - Conector de áudio frontal.
- **Gabinete**
  - Volume máximo de 2.000 cm³;
  - Suporte a trava Kensington;



- Sistema de refrigeração adequado para operação contínua;
- Design corporativo discreto.

#### 5.2.2. Monitor

- Tecnologia LED ou LCD;
- Painel IPS;
- Tamanho mínimo de 27”;
- Resolução Full HD (1920x1080);
- Brilho mínimo 300 cd/m<sup>2</sup>;
- Ajuste de altura, inclinação e pivô;
- Conectores HDMI e DisplayPort;
- Certificação RoHS;
- Fonte automática 100-240V;
- Acompanhado de cabos.
- **Sistema Operacional**
  - Windows 11 Pro 64 bits;
  - Licenciamento válido para modelo de locação;
  - Chave inserida na BIOS/UEFI.
- **Nobreak**
  - Potência mínima 600VA;
  - Tecnologia Line-Interactive;
  - Entrada 100–240V automática;
  - Proteção contra surtos e subtenção.

#### 5.2.3. Workstations de Alta Performance

- Destinadas a atividades técnicas de engenharia, modelagem 3D, geoprocessamento e edição gráfica intensiva.

##### 5.2.3.1. Processador

- Arquitetura x86-64;
- Mínimo 24 núcleos físicos;
- Suporte a múltiplos threads simultâneos;
- Frequência turbo compatível com aplicações de alto desempenho;
- Compatível com DDR4 de alta frequência.

##### 5.2.3.2. Memória

- Mínimo 32GB DDR4; quad channel ( 4x8 )
- Expansível para no mínimo 128GB.

**5.2.3.3. Armazenamento**

- Mínimo 3 SSDs NVMe de 2TB cada;
- Interface PCIe Gen 4 ou superior;
- Possibilidade de configuração RAID quando aplicável.

**5.2.3.4. Placa Gráfica**

- GPU dedicada profissional;
- Mínimo 16GB GDDR6 ou superior;
- Compatível com OpenGL, CUDA ou equivalente;
- Suporte a múltiplos monitores.

**5.2.3.5. Rede**

- Ethernet 2.5GbE ou superior;
- Wi-Fi 6E;
- Bluetooth 5.2 ou superior.

**5.2.3.6. Fonte de Alimentação**

- Certificação 80 Plus Gold;
- Potência compatível com GPU dedicada;
- Proteção contra sobrecarga.

**5.2.3.7. Nobreak**

- Potência mínima 2200VA;
- Onda senoidal pura;
- Tempo de autonomia compatível com salvamento seguro de projetos técnicos.

**5.2.3.8. Requisitos Gerais Aplicáveis a Todos os Equipamentos**

- Conformidade com Portaria INMETRO nº 304/2023;
- Certificação RoHS;
- Certificação ambiental EPEAT ou equivalente;
- Compatibilidade com padrões NIST SP 800-88 para sanitização;
- Fornecimento de cabo padrão NBR 14.136;
- Suporte a dois monitores simultâneos;
- Equipamentos novos e lacrados de fábrica;
- Garantia integral durante toda a vigência contratual.

**6. QUANTITATIVOS (MÍNIMO / MÁXIMO acréscimo de 50%)**



## 6.1. Desktops Padrão:

Secretaria	Mínimo	Máximo
Administração	326	652
Educação	350	700
Saúde	261	523
Ordem Pública	20	40
Pesca	8	16
Idoso	10	20
Pessoa com Deficiência	25	50
Desenvolvimento Social	43	86
Ambiente e Urbanismo	10	20
Procuradoria Geral	10	20
Cultura e Patrimônio	24	48
Drenagem e Saneamento	11	22
Turismo	20	40
Causa Animal	7	14

**Total Mínimo: 1125 Unidades****Total Máximo: 2251 Unidades**

## 6.2. Workstations

Secretaria	Mínimo	Máximo 50%
Administração	36	72
Ambiente e Urbanismo	5	10

**Total Mínimo: 41 Unidades****Total Máximo: 82 unidades**



## 7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

### 7.1. Vigência Contratual

7.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues inicialmente na **Secretaria Municipal de Administração**, situada na **Estrada da Usina, nº 600, Centro, Armação dos Búzios/RJ**, CEP 28.950-255, no horário comercial compreendido entre 08h e 17h, em dias úteis.

7.1.2.3. A entrega nesse endereço tem por finalidade a **conferência técnica, quantitativa e qualitativa dos equipamentos pelo Departamento de Tecnologia da Informação (TI)**, responsável pela verificação da conformidade com as especificações técnicas

7.1.3. estabelecidas neste Termo de Referência, bem como pela validação do estado físico, identificação patrimonial e registro em inventário.

7.1.4. Somente após a conferência e validação formal pelo Departamento de TI os equipamentos poderão ser distribuídos e instalados nas respectivas Secretarias Municipais, conforme cronograma aprovado pela fiscalização contratual.

### 7.2. Prazo de Implantação

7.2.1. A contratada deverá iniciar a execução contratual imediatamente após a assinatura do contrato, devendo concluir a implantação integral da solução no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

7.2.2. Para fins deste Termo de Referência, considera-se implantação:

- Entrega física dos equipamentos;
- Instalação nas dependências indicadas;
- Montagem completa das estações de trabalho;
- Testes de funcionamento;
- Validação técnica junto à fiscalização.

7.2.3. A implantação poderá ocorrer de forma escalonada, conforme cronograma aprovado pela fiscalização, desde que respeitado o prazo máximo global.

### 7.3. Local de Execução

7.3.1. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados nas unidades administrativas das Secretarias Municipais do Município de Armação dos Búzios/RJ, nos endereços indicados formalmente pela contratante.

7.3.2. A distribuição poderá ocorrer em múltiplos locais, devendo a contratada absorver os custos logísticos inerentes, sem ônus adicional à Administração.

### 7.4. Condições de Entrega e Instalação





#### 7.4.1. A contratada deverá:

- Comunicar previamente a data e horário de entrega;
- Realizar desembalagem, montagem e testes básicos de funcionamento;
- Identificar cada equipamento com etiqueta patrimonial conforme orientação da fiscalização;
- Entregar relatório de instalação por unidade administrativa.

#### 7.4.2. Não integram o escopo da contratada:

- Adequação de infraestrutura elétrica ou lógica;
- Backup de dados preexistentes;
- Configuração avançada na rede interna (quando não expressamente prevista).

### 7.5. Execução Contínua

#### 7.5.1. Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá assegurar:

- Disponibilidade mínima global da solução conforme SLA;
- Atendimento técnico tempestivo;
- Substituição de equipamentos defeituosos;
- Atualização de inventário e relatórios mensais.

#### 7.5.2. Manutenção Preventiva

- A CONTRATADA deverá executar programa de manutenção preventiva periódica em todos os equipamentos integrantes da solução, com periodicidade mínima semestral, durante toda a vigência contratual, independentemente da ocorrência de falhas ou da abertura de chamados técnicos.
- **A manutenção preventiva deverá contemplar, no mínimo:**
  - a) verificação das condições físicas dos equipamentos e periféricos;
  - b) inspeção do sistema de refrigeração, ventilação e integridade dos componentes internos;
  - c) verificação do funcionamento das unidades de armazenamento, memória, interfaces de rede e dispositivos de entrada e saída;
  - d) atualização de firmware, BIOS/UEFI e drivers, quando recomendada pelo fabricante e compatível com o ambiente tecnológico da CONTRATANTE;
  - e) verificação da integridade dos mecanismos de segurança embarcados, incluindo TPM, Secure Boot e demais recursos de proteção da plataforma;
  - f) avaliação das condições operacionais dos nobreaks, baterias e sistemas de proteção elétrica;
  - g) emissão de relatório técnico contendo os equipamentos inspecionados, as atividades executadas, as inconformidades identificadas e as providências adotadas.



- A execução das manutenções preventivas deverá ser previamente agendada com a fiscalização contratual, de forma a não comprometer a continuidade dos serviços públicos e o funcionamento das unidades administrativas.

### 7.5.3. Estrutura Operacional para Atendimento dos Níveis de Serviço

- A CONTRATADA deverá disponibilizar estrutura operacional compatível com os níveis mínimos de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência, de forma a assegurar o cumprimento dos prazos de atendimento, manutenção, substituição temporária e solução definitiva dos chamados técnicos.
- Como condição para emissão da Ordem de Início dos Serviços, a CONTRATADA deverá apresentar declaração formal de disponibilidade operacional, acompanhada da indicação dos recursos técnicos, canais de atendimento, equipe responsável e procedimentos de escalonamento destinados ao atendimento da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios.
- Para fins de execução contratual, a CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, capacidade operacional instalada no Município de Armação dos Búzios ou em município da Região dos Lagos que permita o atendimento tempestivo dos chamados técnicos dentro dos prazos estabelecidos no SLA, independentemente da localização de sua sede administrativa.
- A comprovação da estrutura operacional poderá ocorrer mediante apresentação de contrato de prestação de serviços, contrato de suporte regional, base de apoio técnico, unidade operacional própria ou qualquer outro instrumento juridicamente válido que demonstre a capacidade de atendimento aos níveis mínimos de serviço contratados.
- O descumprimento da obrigação prevista neste item ou a incapacidade de atendimento dos prazos estabelecidos no SLA caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das glosas, penalidades e demais medidas previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

7.6. A execução deverá observar os princípios da continuidade do serviço público, eficiência e gestão de riscos, sendo vedada qualquer interrupção injustificada da prestação.

## 8. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (SLA)

8.1. A execução contratual deverá observar Acordo de Nível de Serviço (Service Level Agreement – SLA), com indicadores objetivos de desempenho, metas mensuráveis e mecanismos de apuração periódica, visando assegurar continuidade operacional, eficiência administrativa e mitigação de riscos de indisponibilidade.



8.2. Os indicadores abaixo constituem obrigações contratuais mínimas:

**8.3. Tempo de Resposta Inicial (TRI)**

8.3.1. Definição:

- Prazo máximo entre a abertura formal do chamado técnico pelo CONTRATANTE e o primeiro atendimento técnico qualificado pela CONTRATADA.

8.3.2. Meta:

- Até 4 (quatro) horas úteis.

8.3.3. Apuração:

- Contagem realizada em dias úteis, no horário comercial (08h às 17h), por meio de sistema eletrônico de chamados.

**8.4. Tempo de Solução Definitiva (TSD)**

8.4.1. Definição:

- Prazo máximo para resolução completa do incidente, restabelecendo o pleno funcionamento do equipamento ou substituindo-o definitivamente.

8.4.2. Meta:

- Até 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir da abertura do chamado.

**8.5. Substituição Temporária (ST)**

8.5.1. Definição:

- Disponibilização de equipamento equivalente ou superior ao originalmente instalado, enquanto perdurar manutenção corretiva ou substituição definitiva.

8.5.2. Meta:

- Até 8 (oito) horas úteis após a identificação de falha impeditiva.

**8.6. Índice de Disponibilidade Global da Solução (IDG)**

8.6.1. Definição:

- Percentual mensal de equipamentos operacionais em relação ao total contratado.

8.6.2. Meta mínima:

- $\geq 98\%$  (noventa e oito por cento) de disponibilidade mensal.
- Fórmula de cálculo:

8.6.3. Considera-se indisponibilidade o período em que o equipamento estiver inoperante e



sem substituição.

### 8.7. Indicadores Complementares

8.7.1.A CONTRATADA deverá apresentar, até o 5º dia útil do mês subsequente, relatório consolidado contendo:

- Quantidade de chamados abertos;
- Tempo médio de atendimento (TMA);
- Tempo médio de solução (TMS);
- Índice de reincidência de falhas;
- Percentual de cumprimento do SLA.

### 8.8. Penalidades por Descumprimento

8.8.1.O descumprimento das metas de SLA implicará aplicação de glosa financeira proporcional ao impacto causado, observados os seguintes parâmetros:

- Descumprimento de prazo de resposta: glosa de até 2% do valor mensal do equipamento afetado;
- Descumprimento de prazo de solução: glosa de até 5% do valor mensal do equipamento afetado por dia de atraso;
- Disponibilidade inferior a 98%: glosa progressiva, limitada a 20% do valor mensal do contrato.

8.8.2.As glosas não afastam a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

### 8.9. Finalidade do SLA

8.9.1.O SLA possui natureza preventiva e compensatória, visando:

- Garantir continuidade dos serviços públicos;
- Incentivar eficiência na execução contratual;
- Mitigar riscos operacionais;
- Restituir à Administração eventuais prejuízos decorrentes de indisponibilidade.

8.10. Os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência pressupõem a manutenção, pela CONTRATADA, de estrutura operacional compatível com a execução contratual, nos termos do item 7.5.3, constituindo obrigação permanente durante toda a vigência do contrato.

## 9. RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O recebimento do objeto observará o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser precedido de verificação da conformidade técnica,



quantitativa e qualitativa da solução contratada. Considerando tratar-se de serviço de TIC com fornecimento de bens associados, o recebimento ocorrerá em duas etapas formais: provisória e definitiva, mediante emissão de termo circunstanciado pela fiscalização.

- 9.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou comissão designada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega e instalação dos equipamentos, mediante verificação da conformidade preliminar com as especificações técnicas, conferência quantitativa, regularidade documental, validação do funcionamento inicial e registro patrimonial.
- 9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, após análise conclusiva da aderência integral às exigências contratuais, validação das licenças de software, testes técnicos e inexistência de pendências. Caso sejam constatadas irregularidades, a Administração poderá recusar o objeto ou exigir sua correção, sem prejuízo da aplicação de glosas e sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.4. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos nem afasta o cumprimento do SLA durante toda a vigência contratual, ficando a liquidação da despesa condicionada à formalização do recebimento e à inexistência de pendências técnicas ou documentais.

## 10. SINISTROS E RESSARCIMENTO

- 10.1. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, reserva técnica mínima equivalente a 2% (dois por cento) do total de equipamentos contratados, destinada à cobertura de eventos de sinistro, tais como furto, roubo, incêndio, desastre natural ou dano irreparável que inviabilize o uso do equipamento.
- 10.2. Na ocorrência de sinistro devidamente comunicado e formalizado pela contratante, a substituição do equipamento deverá ocorrer de forma tempestiva, observados os prazos estabelecidos no SLA, sem interrupção indevida das atividades administrativas. A reposição
- 10.3. até o limite da reserva técnica ocorrerá sem ônus adicional à Administração, mediante apresentação de Boletim de Ocorrência ou relatório administrativo circunstanciado, quando aplicável.
- 10.4. Nos casos em que o quantitativo de equipamentos sinistrados ultrapassar o percentual de 2% previsto como reserva técnica, será realizada apuração formal para verificação de eventual responsabilidade da Administração, podendo haver ressarcimento à contratada, quando



comprovada culpa ou dolo do usuário ou da contratante, observado o devido processo administrativo.

10.5.O eventual ressarcimento será apurado com base no valor de mercado do equipamento na data do evento, considerado o critério de depreciação linear proporcional ao tempo de uso, resguardando-se o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa e assegurando a proteção do interesse público.

## 11. RETIRADA E ENCERRAMENTO

11.1.Ao término da vigência contratual, inclusive em caso de prorrogação não renovada ou rescisão antecipada, a contratada será integralmente responsável pela retirada de todos os equipamentos fornecidos no âmbito da solução, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

11.2.A retirada deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de encerramento da vigência contratual ou da formalização da rescisão, mediante cronograma previamente acordado com o gestor do contrato, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços públicos.

11.3.Antes da remoção física dos equipamentos, a contratada deverá realizar, nas dependências da contratante, a sanitização completa e irreversível das unidades de armazenamento, em conformidade com a norma NIST SP 800-88 Rev. 1, ou padrão técnico equivalente, assegurando a eliminação definitiva de quaisquer dados institucionais ou pessoais eventualmente armazenados. Após a conclusão do procedimento, deverá ser emitido relatório técnico formal de sanitização, contendo identificação dos ativos, método utilizado e certificação da eliminação segura dos dados.

11.4.O processo de retirada deverá incluir desmontagem, embalagem, transporte e emissão de recibo individualizado de retirada por equipamento, contendo número patrimonial e identificação do ativo. Caso seja constatada inconformidade relevante no estado físico do equipamento, deverá ser instaurado procedimento administrativo para apuração de responsabilidade.

11.5.A destinação final dos equipamentos deverá observar a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), incluindo logística reversa e descarte ambientalmente adequado, sendo vedado o descarte irregular ou reaproveitamento que comprometa a segurança da informação.

11.6.O encerramento contratual somente será considerado concluído após:

- Retirada integral dos equipamentos;





- Entrega dos relatórios de sanitização;
- Regularização de eventuais pendências contratuais;
- Emissão de termo administrativo de encerramento.

11.7. O recebimento definitivo do encerramento não afasta eventual responsabilidade da contratada por descumprimento de obrigações ambientais ou de segurança da informação.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual, constituem obrigações da CONTRATADA:

### 12.1.1. Execução do Objeto

a) Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, em conformidade integral com as especificações técnicas, quantitativos e requisitos de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência;

b) Garantir que todos os equipamentos estejam devidamente licenciados, configurados e aptos à operação no ambiente institucional da CONTRATANTE;

c) Realizar a entrega, conferência, instalação física, testes de funcionamento e validação técnica dos equipamentos, observando o cronograma aprovado pela fiscalização.

### 12.1.2. Suporte Técnico e SLA

d) Assegurar o cumprimento integral dos níveis mínimos de serviço (SLA), inclusive quanto aos prazos de atendimento, solução definitiva e substituição temporária;

e) Disponibilizar canal formal de abertura e acompanhamento de chamados, com rastreabilidade e registro eletrônico;

f) Manter estoque técnico ou reserva operacional suficiente para cumprimento dos prazos contratuais;

g) Substituir equipamentos que apresentem falhas recorrentes, vícios ou desempenho inadequado, sem ônus adicional para a Administração.

h) Executar as manutenções preventivas previstas neste Termo de Referência, observando a periodicidade mínima estabelecida e apresentando os respectivos relatórios técnicos à fiscalização contratual.

### 12.1.3. Gestão de Ativos

h) Manter inventário atualizado de todos os equipamentos fornecidos, com identificação patrimonial individualizada;

i) Registrar histórico de manutenções, substituições e movimentações;

j) Apresentar relatórios mensais consolidados contendo indicadores de desempenho,



disponibilidade, chamados atendidos, reincidências e cumprimento do SLA;

k) Garantir rastreabilidade completa dos ativos durante toda a vigência contratual.

#### **12.1.4. Conformidade Técnica e Regulatória**

l) Cumprir integralmente as normas técnicas aplicáveis, incluindo conformidade com INMETRO, RoHS, certificações ambientais e padrões de segurança de firmware;

m) Assegurar que os equipamentos estejam em conformidade com as normas de eficiência energética e sustentabilidade ambiental;

n) Observar a Lei nº 12.305/2010 quanto à logística reversa e destinação ambientalmente adequada ao final da vigência contratual.

#### **12.1.5. Segurança da Informação e Proteção de Dados**

o) Garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações eventualmente acessadas durante a execução contratual;

p) Cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais;

q) Realizar sanitização segura das unidades de armazenamento conforme NIST SP 800-88 Rev. 1 ao término contratual ou substituição definitiva;

r) Restringir o acesso a dados institucionais apenas a profissionais autorizados e capacitados.

#### **Recursos Humanos**

s) Manter equipe técnica qualificada, devidamente treinada e apta à execução dos serviços contratados;

t) Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

u) Substituir, quando solicitado pela fiscalização, profissional cuja conduta ou desempenho seja considerado inadequado.

#### **12.1.6. Responsabilidade e Continuidade**

v) Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual;

w) Garantir continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência, vedada interrupção injustificada;

x) Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante a execução do contrato.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Sem prejuízo das demais disposições legais e contratuais, constituem obrigações da

**CONTRATANTE:****13.1.1. Gestão e Fiscalização**

a) Designar formalmente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, Gestor do Contrato e Fiscal Técnico, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual;

b) Exercer fiscalização contínua quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto aos níveis mínimos de serviço (SLA), podendo registrar ocorrências, determinar correções e aplicar glosas quando cabível;

c) Formalizar termos de recebimento provisório e definitivo, conforme disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

**13.1.2. Condições Operacionais**

d) Disponibilizar acesso às instalações físicas necessárias à execução dos serviços, observadas as normas internas de segurança;

e) Assegurar infraestrutura elétrica e lógica adequada para instalação e funcionamento dos equipamentos, quando não incluída no escopo da contratação;

f) Comunicar formalmente à contratada, quaisquer falhas, defeitos ou irregularidades identificadas na execução contratual.

**13.1.3. Chamados Técnicos e Cooperação**

g) Registrar chamados técnicos por meio do canal formal disponibilizado pela contratada, garantindo rastreabilidade e controle;

h) Cooperar com a contratada fornecendo informações técnicas necessárias à solução de incidentes;

i) Providenciar Boletim de Ocorrência ou relatório administrativo nos casos de sinistro, quando aplicável.

**13.1.4. Pagamento**

j) Efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas no contrato, após a devida liquidação da despesa, observando-se o cumprimento do SLA e eventuais glosas;

k) Proceder à retenção de valores quando constatado descumprimento contratual, nos termos da legislação vigente.

**13.1.5. Responsabilidade Administrativa**

l) Zelar pela adequada utilização dos equipamentos por seus servidores e colaboradores;

m) Apurar eventual responsabilidade interna em casos de dano doloso ou culposos aos equipamentos;



n) Manter registro patrimonial atualizado dos ativos sob sua guarda.

#### **14. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

14.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por Gestor do Contrato e Fiscal Técnico, formalmente designados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive quanto aos aspectos técnicos, administrativos e de desempenho.

14.2. A fiscalização observará, no mínimo, os seguintes critérios objetivos de controle:

- I – Verificação mensal do índice de disponibilidade global da solução, que deverá ser igual ou superior a 98%;
- II – Apuração do tempo de resposta inicial, limitado a 4 (quatro) horas úteis;
- III – Apuração do tempo de solução definitiva, limitado a 24 (vinte e quatro) horas úteis;
- IV – Controle do prazo de substituição temporária de equipamentos, limitado a 8 (oito) horas úteis;
- V – Conferência quantitativa dos equipamentos ativos em comparação com o inventário contratual;
- VI – Validação dos relatórios mensais de gestão de ativos e chamados técnicos;
- VII – Verificação da conformidade das licenças de software e certificações exigidas;
- VIII – Conferência do cumprimento das obrigações ambientais e de sanitização de dados, quando aplicável.

14.3. A aferição dos indicadores será realizada com base nos registros do sistema de chamados, relatórios apresentados pela contratada e controles internos da Administração. O descumprimento das metas estabelecidas implicará aplicação de glosa proporcional ou das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.4. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, sendo vedada a transferência da responsabilidade técnica à Administração.

#### **15. SANÇÕES E PENALIDADES**

15.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará à aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.2. Poderá ser aplicada advertência nas hipóteses de infrações leves, assim consideradas aquelas



que não causem prejuízo relevante à execução contratual ou à Administração, constituindo medida de caráter educativo e preventivo.

- 15.3.A multa poderá ser aplicada em razão de atraso na execução, descumprimento de níveis mínimos de serviço (SLA), inexecução parcial ou total do contrato, sendo fixada de forma proporcional à gravidade da infração e ao prejuízo causado, podendo ser cumulada com outras sanções quando cabível.
- 15.4.A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública poderá ser aplicada nos casos de infrações de maior gravidade, especialmente quando houver reincidência ou comprometimento relevante da execução contratual.
- 15.5.Nos casos de infrações gravíssimas, como fraude, comportamento inidôneo ou prática de atos ilícitos, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.
- 15.6.A aplicação das sanções observará a gravidade da infração, os danos causados à Administração, a vantagem auferida indevidamente, a reincidência e os antecedentes da contratada, podendo ser precedida de processo administrativo específico, conforme rito estabelecido na legislação vigente.

## **16. SUSTENTABILIDADE E CONFORMIDADE AMBIENTAL**

- 16.1.A execução contratual deverá observar os princípios do desenvolvimento nacional sustentável e da responsabilidade socioambiental previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como as disposições da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).
- 16.2.Todos os equipamentos fornecidos deverão atender à Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), não podendo conter substâncias perigosas em níveis superiores aos limites estabelecidos pela norma internacional aplicável, devendo a contratada apresentar documentação comprobatória de conformidade emitida por fabricante ou organismo acreditado.
- 16.3.Os equipamentos deverão possuir certificação ambiental reconhecida, como EPEAT ou equivalente, e atender às normas de eficiência energética vigentes, comprovando desempenho compatível com padrões de redução de consumo elétrico e menor impacto ambiental ao longo do ciclo de vida do produto.
- 16.4.Quando aplicável, os equipamentos deverão atender às exigências de conformidade e segurança estabelecidas pelo INMETRO, mediante apresentação de certificação válida ou declaração formal de atendimento às normas técnicas pertinentes.



- 16.5. Ao término da vigência contratual, ou em caso de substituição definitiva de ativos, a contratada será responsável pela logística reversa obrigatória, incluindo retirada, transporte e destinação ambientalmente adequada dos equipamentos, vedado descarte irregular. O procedimento deverá observar a eliminação segura de dados, conforme padrão técnico reconhecido, antes da destinação final.
- 16.6. O cumprimento das obrigações ambientais constitui condição essencial da contratação, sujeitando a contratada à aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento.

## 17. ESTIMATIVA DE VALOR

- 17.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em pesquisa de mercado, análise de contratações similares e avaliação do custo total de propriedade (TCO), considerando fornecimento, suporte técnico, manutenção, substituição, gestão de ativos, reserva técnica para sinistros e logística reversa.
- 17.2. Para fins de planejamento orçamentário, adotaram-se os seguintes valores médios estimados:
- 17.3. Valores Unitários Estimados (Mensais)
- 17.3.1. Desktop padrão completo (monitor + nobreak + suporte + gestão): **R\$ 186,30**
- 17.3.2. Workstation de alta performance completo (monitor + nobreak + suporte + gestão): **R\$ 505,14**
- 17.4. Estimativa Item 1 (12 meses): **R\$ 419.361,3 × 12 meses = R\$ 5.032.335,6 - Desktop**
- 17.5. Estimativa Item 2 (12 meses): **R\$ 41.421,48 × 12 meses = R\$ 497.057,76 - Workstation**

## 18. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

- 18.1. O objeto da presente contratação classifica-se como serviço comum de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com fornecimento de bens associados, nos termos dos arts. 6º, inciso XIII, e 29 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.2. A caracterização como serviço comum decorre do fato de que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado, amplamente disponíveis e padronizadas no setor de tecnologia, não demandando solução de natureza predominantemente intelectual ou desenvolvimento sob medida.
- 18.3. Embora envolva o fornecimento de equipamentos (desktops e workstations), o núcleo da contratação consiste na prestação continuada de serviço estruturado de locação com gestão integrada (modelo Desktop as a Service – DaaS), incluindo manutenção, suporte técnico, substituição, monitoramento por SLA e gestão de ativos, caracterizando obrigação de fazer





preponderante.

18.4.A solução encontra ampla oferta no mercado especializado de TIC, com múltiplos fornecedores aptos a atender às especificações técnicas estabelecidas, não havendo singularidade técnica ou inviabilidade de competição.

18.5.Dessa forma, a contratação admite processamento por modalidade compatível com serviços comuns, observando-se os princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da legislação vigente.

## 19. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

19.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021, observada a conformidade técnica integral às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2.A adoção do menor preço global justifica-se pela natureza integrada da solução contratada, que envolve fornecimento de equipamentos, suporte técnico, manutenção, gestão de ativos, atendimento por SLA e logística reversa, exigindo padronização tecnológica, uniformidade de gestão e centralização da responsabilidade técnica.

19.3.O fracionamento excessivo do objeto poderia comprometer:

- A padronização dos equipamentos;
- A uniformidade dos níveis mínimos de serviço (SLA);
- A eficiência da gestão de ativos;
- A economicidade decorrente de ganhos de escala;
- A responsabilização clara quanto à continuidade operacional.

19.4.A classificação das propostas observará, inicialmente, a verificação de conformidade técnica obrigatória. Somente serão analisadas as propostas que atenderem integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem desconformidade material ou insuficiência técnica.

19.5. Escolha do menor preço global assegura competitividade, racionalidade administrativa e seleção da proposta mais vantajosa à Administração, observando os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1.A licitante interessada em concorrer no presente certame deverá apresentar atestado(s) que



comprove(m) experiência prévia em serviços de locação de parque computacional, contemplando suporte técnico com SLA, manutenção preventiva e corretiva e gestão de ativos de TIC, totalizando, no mínimo, 1200 (mil) máquinas, no intervalo de 12 meses, no sistema previsto neste item.

20.2. A exigência de qualificação técnica encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 (§ 5º) destinando-se a assegurar que a futura contratação seja celebrada com empresa que reúna condições técnicas e operacionais para executar o objeto de forma eficiente, contínua, segura e compatível com as exigências de governança e segurança da informação da Administração Pública.

20.3. Destaca-se que se trata de estações de trabalho por meio das quais serão ministrados todos os serviços públicos suportados pela municipalidade, desde os complexos serviços de saúde, passando pela educação pública e pela gestão financeira e de tributos, cuja integridade e continuidade são imprescindíveis.

## **21. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

21.1. A fase habilitatória será inaugurada após o julgamento de todos os itens e esgotamento da fase de propostas.

21.2. No exame da documentação de habilitação será utilizado os dados constantes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, sendo que os documentos exigidos que não estejam neste contemplados deverão ser enviados por meio do sistema Comprasgov, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

21.3. Será considerado por marco temporal de exigibilidade documental para fins de aferição de proposta e habilitação a própria data inaugural do certame, aquela por sua vez coincidente com a data de abertura das propostas iniciais.

21.4. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas dos participantes melhores qualificados.

21.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

### **21.5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

21.5.2. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- Declaração De Inexistência De Vínculos Com Administração Pública



anexa ao Edital;

- Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Sociedade Simples: Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;
- Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresasnegocios-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedades por ações, será necessária a apresentação conjunta de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- Os documentos apresentados deverão indicar os responsáveis pela Administração e estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 21.5.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



- 21.5.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda -CNPJ/MF;
- 21.5.5. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 21.5.6. Prova de regularidade para com a Seguridade Social e a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;
- 21.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relacionado à sede do licitante, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal;
- 21.5.8. Prova de regularidade para com a Dívida Ativa Estadual, relacionado à sede do licitante, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;
- 21.5.9. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, , relacionado à sede do licitante, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- 21.5.10. Certidão da Dívida Ativa Municipal, relacionado à sede do licitante, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;
- 21.5.11. Empresas sediadas em município que emita Certidão Negativa de Débitos unificada (tributos e dívida ativa), sem que haja declaração expressa em seu conteúdo de que estão contemplados aqueles inscritos em Dívida Ativa, deverão apresentar documentação suplementar que esclareça tal informação tornando-a inequívoca (Ex.: Legislação própria municipal; declaração de servidor competente vinculado ao Município emissor, outras), de modo a possibilitar ao Pregoeiro a promoção das diligências necessárias e/ou à verificação daquilo que for informado, se for o caso;



- 21.5.12. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- 21.5.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.
- 21.5.14. As documentações acima descritas poderão ser ampliadas de acordo com a conveniência da Secretaria Municipal de Governança e Compliance, responsável pela elaboração do Edital de Licitação.

## **22. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

- 22.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registros de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenham participado do presente certame licitatório, mediante a anuência da Secretaria Municipal de Administração e da respectiva vencedora.
- 22.2. Os órgãos e entidades que não participaram do presente processo licitatório quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverá consultar Secretaria Municipal de Administração sobre a possibilidade de adesão.
- 22.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente a adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas.
- 22.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme dispõe o art. 86 da Lei 14.133/21.
- 22.5. Após a autorização da Secretaria Municipal de Administração o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observando prazo de vigência da Ata.
- 22.6. A Secretaria Municipal de Administração poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo de noventa dias de que trata o item anterior.
- 22.7. Ao órgão não participante que aderir à Ata compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e as aplicações, observada a ampla defesa o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações,



informando as decorrências do órgão gerenciador.

- 22.8. Nos moldes do art. 86, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame (órgãos não participantes), inclusive aqueles localizados em outros entes federativos, como estados e municípios de outras unidades da federação, desde que:
- 22.8.1. A solicitação de adesão seja formal e devidamente justificada pelo órgão interessado;
  - 22.8.2. Haja anuência expressa da entidade gerenciadora da ata;
  - 22.8.3. A contratada concorde formalmente com a prestação dos serviços ao órgão aderente;
  - 22.8.4. Seja observado o limite de até 50% do quantitativo global dos itens registrados, conforme estabelece o § 2º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021;
  - 22.8.5. As condições e preços registrados sejam estritamente mantidos, sem prejuízo à execução contratual original.

### **23. DA PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

- 23.1. A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 23.2. A Ata poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, desde que mantidas as condições de preço, qualidade e demais cláusulas contratuais, conforme previsão expressa no § 4º do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vantajosidade da contratação para a Administração.
- 23.3. Durante a prorrogação da vigência, poderão ser mantidos, integralmente, os quantitativos originalmente registrados, observados os limites definidos na própria ata, no edital e nas eventuais autorizações de fornecimento ou execuções por adesão, sem necessidade de nova licitação ou revalidação da estimativa de demanda, desde que respeitado o limite temporal e a justificativa administrativa de interesse público, de acordo com o enunciado 17 da INCAP (Instituto Nacional de Contratações Públicas).

### **24. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 24.1. Será firmado Termo de Contrato para formalização da contratação, conforme dispõe o art. 89 da Lei 14.133/2021.
- 24.2. A vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da ata. Os contratos advindos da ata poderão ter prazo de 12 (doze) meses contatos a partir da assinatura do contrato ou a publicação no diário oficial e poderão ser prorrogados nas hipóteses dos arts. 105 e 107 da lei nº 14.133/21 por até 10 (dez) anos.





24.3.O contratado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, conforme disposto no art. 90 da Lei 14.133/2021.

24.4.O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração, conforme disposto no art. 90, §1º da Lei 14.133/2021.

## 25. VIGÊNCIA

25.1.O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, mantidas as condições de habilitação da contratada e comprovada a adequação da execução contratual.

25.2.Por tratar-se de serviço de natureza continuada, essencial à manutenção das atividades administrativas e à continuidade dos serviços públicos, a contratação poderá ser prorrogada por períodos sucessivos, observado o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## 26. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

26.1.O pagamento referente à presente aquisição realizada pelo Município de Armação dos Búzios/RJ será efetuado por meio de empenho de despesa. A fiscalização do Município somente atestará a execução do fornecimento e liberará a nota fiscal para pagamento quando a CONTRATADA tiver cumprido todas as condições estabelecidas no contrato.

26.2.O pagamento será efetuado mediante a apresentação da respectiva nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada pelo responsável pela verificação da execução dos serviços contratados.

26.3.A nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada das certidões negativas de débitos do INSS, FGTS, tributos federais, estaduais e municipais.

26.4. O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá informar o número do Processo, nome do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, e registrar essas informações no próprio Recibo Fiscal.

26.5. Caso a nota fiscal/fatura contenha erros, deverá ser substituída. O Município de Armação dos Búzios/RJ comunicará a CONTRATADA sobre a necessidade de correção. A



CONTRATADA deverá corrigir e substituir a nota fiscal/fatura dentro do prazo estipulado para pagamento. O Município terá até 15 (quinze) dias, a partir da correção ou substituição das notas fiscais/faturas, para efetuar o pagamento.

26.6. O Município só autorizará o pagamento após o atesto do setor requisitante confirmando a entrega dos materiais contratados, que deverá ser registrado no verso da nota fiscal.

26.7. Serão aplicadas, no que couber, as disposições do artigo 63 da Lei nº 4.320/1964.

## 27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1. Não será admitida a subcontratação total nem parcial do objeto adjudicado.

## 28. DO MEIO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

28.1. De acordo com o disposto no Art. 41, V do Decreto Municipal nº 2.139/2023, fica estabelecido que contratada deverá se comunicar com a contratante pelos meios físicos e digitais disponíveis no mercado, em especial através do e-mail instrucional da Secretaria Municipal de Administração: [infraestrutura.adm@buzios.rj.gov.br](mailto:infraestrutura.adm@buzios.rj.gov.br)

## 29. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

29.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, observada a distribuição em 14 (quatorze) **Grupo/Secretarias**, que serão responsáveis pelos seus respectivos centro de custos das Secretarias Municipais participantes, conforme detalhamento a seguir:

- **Secretaria Municipal de Administração**

Programa de Trabalho: **04.122.0001.2.277**

Natureza da Despesa: **33.90.39.00**

Código Reduzido: **121**

Fonte: **1704**

---

- **Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia**

Programas de Trabalho:

**12.365.0017.2.037 / 12.361.0017.2.244 / 04.122.0001.2.006 / 12.362.0017.2.210 /**

**12.367.0018.2.038 / 12.367.0018.2.212 / 12.122.0017.2.255 / 12.122.0142.2.341**

Natureza da Despesa: **33.90.39.00**



Códigos Reduzidos: **1415 / 1417 / 1511 / 1513 / 1387 / 1467 / 1458 / 1475 / 1530 / 1573**

Fontes: **1500 / 1704**

---

- **Secretaria Municipal de Saúde**

Programas de Trabalho:

**10.122.0165.2.331 / 10.301.0163.2.323 / 10.302.0162.2.319**

Natureza da Despesa: **33.90.39.00**

Códigos Reduzidos: **828 / 759 / 697**

Fonte: **1704**

---

**Secretaria Municipal de Ordem Pública**

Programa de Trabalho: **06.122.0001.2.155**

Natureza da Despesa: **33.90.39.00**

Código Reduzido: **195**

Fonte: **1704**

---

- **Secretaria Municipal de Pesca**

Programa de Trabalho: **04.122.0001.2.407**

Natureza da Despesa: **33.90.39.00**

Código Reduzido: **1769**

Fonte: **1704**

---

- **Secretaria Municipal do Idoso**

Programa de Trabalho: **08.122.0052.2.358**

Natureza da Despesa: **33.90.39.00**

Código Reduzido: **1704**

Fonte: **1051**

---

- **Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência**

Programa de Trabalho: **04.122.0001.2.421**



Natureza da Despesa: **33.90.39.00**

Fonte: **1704**

---

- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda**

Programas de Trabalho:

**08.245.0057.2.442 / 08.245.0058.2.443 / 08.122.0131.2.441 / 08.245.0058.2.441 /  
08.122.0134.2.439**

Natureza da Despesa: **33.90.39.00**

Códigos Reduzidos: **1788 / 1779 / 1792 / 1780 / 0949 / 0951**

Fontes: **2661 / 2660 / 1660 / 1704**

- **Secretaria Municipal de Ambiente e Licenciamento Ambiental e Urbanístico e Fiscalização:**

Programa de Trabalho: **18 122 0052 2328**

Natureza da despesa: **33903900**

Código reduzido: **294**

Fonte: **1704**

---

- **Procuradoria Geral :**

Orgão : **02**

Unidade Orçamentária : **020104**

Função : **04**

Projeto/Atividade : **00522308**

Elemento de Despesa : **33.90.39.00**

Fonte de Recurso **1704**

---

- **Secretaria Municipal da Causa Animal e Agricultura:**

Programa de Trabalho: **04 122 0052 2342**

Natureza da Despesa: **33903900**

Código Reduzido: **549**

Fonte de Recurso: **1704**

---

- **Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico**



**Programa de Trabalho: 0052**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.40**

**Fonte: 1704**

**Unidade Orçamentária: 10**

**Função: 13**

**Orgão: 02**

**Projeto/Atividade: 2323**

- **Secretaria de Turismo**

**Ficha Orçamentária: 196**

**Fonte: 1704**

**Dotação / Programa / Atividade: 23.122.0052.2322**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00**

---

- **Secretaria de Saneamento e Drenagem**

**Ficha Orçamentária: 17.122.0052.2336**

**Fonte: 1704**

**Dotação/Programa/Atividade: 0000427**

**Elemento de Despesa: 33903900**

### **30. DOS CASOS OMISSOS**

30.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/21, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

Armação dos Búzios, 09 de Abril de 2026.

Assinado por Carlos Eduardo das Neves Ribeiro 152.\*\*\*.\*\*\*-\*\*  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
12/06/2026 11:52:42

**Carlos Eduardo das Neves Ribeiro**

Portaria nº 583 de 23 de janeiro 2025



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Administração**

Pág. 524  
004872/2026



Aprovo este Termo de Referência, considerando que no mesmo constam todos os elementos capazes de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, de Armação dos Búzios/RJ.

Dito isto, DECLARO para os devidos fins que a presente despesa guarda compatibilidade com o PPA e a LOA, nos termos do Art. 16, inciso II da Lei Complementar 101/00, Del. 312/20, Art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 3º caput e § 2º do DM nº. 2.140/23.

Assinado por Joice Lúcia Costa dos Santos Salme 081.\*\*\*.\*\*\*-\*\*  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
12/06/2026 11:53:36

**Joice Lúcia Costa dos Santos Salme**

Secretária Municipal de Administração



**ANEXO I****DETALHAMENTO QUANTITATIVO COMPLETO****SECRETARIAS DO GRUPO 1**

<b>Tipo</b>	<b>Quant.</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	70	Sec. de Administração
	3	Sec. de Governo
	10	Sec. de Esporte
	10	Clima e Sustentabilidade
	10	Sec. de Serviços Públicos
	10	Sec.de Obras e Projetos
	61	Sec. de Finanças
	11	Sec. de Drenagem e Saneamento
	21	Controladoria Geral
	29	Sec. de Segurança Pública
	10	Sec. Igualdade Racial
	26	Gabinete do Prefeito
	20	Sec. da Juventude
<b>Tipo</b>	<b>Quant.</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA MICROCOMPUTADOR - WORKSTATION DE ALTA PERFORMANCE (EDIÇÃO 8K / 1A) NOBREAK SENOIDAL SILENCIOSO PARA ESTAÇÃO DE TRABALHO, COM MANUTENCAO CORRETIVA.</b>	12	Gabinete do Prefeito/Comunicação
	5	Clima e Sustentabilidade
	8	Administração
	8	Obra e Projetos
	2	Serviços Públicos

**326****SECRETARIA DO GRUPO 2**

<b>Tipo</b>	<b>Quant.</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	700	Sec. de Educação Ciência e Tecnologia

**700****SECRETARIA DO GRUPO 3**

<b>Tipo</b>	<b>Quant.</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	523	Sec. de Saúde

**523**

**SECRETARIA DO GRUPO 4**

Tipo	Quant.	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	20	Sec. de Ordem Publica

20

**SECRETARIA DO GRUPO 5**

Tipo	Quant.	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	8	Secretaria da Pesca

8

**SECRETARIA DO GRUPO 6**

Tipo	Quant.	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	10	Secretaria do Idoso

10

**SECRETARIA DO GRUPO 7**

Tipo	Quant.	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	25	Secretaria do PCD

25

**SECRETARIA DO GRUPO 8**

Tipo	Quant.	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	43	Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Renda

**43****SECRETARIA DO GRUPO 9**

Tipo	Quant.	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	10	Ambiente e Urbanismo
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA MICROCOMPUTADOR - WORKSTATION DE ALTA PERFORMANCE (EDIÇÃO 8K / 1A) NOBREAK SENOIDAL SILENCIOSO PARA ESTAÇÃO DE TRABALHO, COM MANUTENCAO CORRETIVA.	5	

**15****SECRETARIA DO GRUPO 10**

Tipo	Quant.	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	10	Procuradoria Geral

**10****SECRETARIA DO GRUPO 11**

Tipo	Quant.	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	24	Cultura e Patrimônio

**24**

**SECRETARIA DO GRUPO 12**

<b>Tipo</b>	<b>Quant.</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	11	Drenagem e Saneamento

**11****SECRETARIA DO GRUPO 13**

<b>Tipo</b>	<b>Quant.</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	20	Turismo

**20****SECRETARIA DO GRUPO 14**

<b>Tipo</b>	<b>Quant.</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	7	Causa Animal e Agricultura

**7**

**ANEXO I.I**  
**DETALHAMENTO QUANTITATIVO COMPLETO POR SETORES****SECRETARIAS DO GRUPO 1****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Mínima</b>	<b>Quant. Máxima</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	1	2	Gabinete da Secretaria
	4	8	Recepção do Gabinete da Secretária
	10	20	Protocolo
	10	20	Atendimento do Protocolo
	13	26	RH
	5	10	Atendimento do RH
	3	6	Deposito do Patrimônio
	5	10	Gerência Administrativa
	5	10	Almoxarifado
	3	6	Recepção da Prefeitura
	1	2	Telefonista
	10	20	Gerência de TI
	<b>70</b>	<b>140</b>	

**GABINETE DO PREFEITO**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Mínima</b>	<b>Quant. Máxima</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	2	4	Gabinete Prefeito
	7	14	Chefia de Gabinete
	3	6	Redação Oficial
	1	2	Recepção
	2	2	Execução Orçamentária
	3	3	Planejamento e Orçamento
	8	16	Contadoria
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR - WORKSTATION DE ALTA PERFORMANCE (EDIÇÃO 8K / 1A) NOBREAK SENOIDAL SILENCIOSO PARA ESTAÇÃO DE TRABALHO, COM MANUTENCAO CORRETIVA.</b>	12	24	Comunicação



38 76

**SECRETARIA DE GOVERNO**

Tipo	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	1	2	Gabinete do Secretário
	2	4	Apoio SEGOV/Protocolo
	3	6	

**SECRETARIA DE LAZER E DO ESPORTE**

Tipo	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA.	1	2	Gabinete do Secretário
	1	2	Gabinete do Subsecretário
	2	4	Recepção
	4	8	Administrativo
	2	4	Coordenação
	10	20	

**SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Tipo	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	1	2	Recepção
	1	2	Gabinete do Secretário
	1	2	Gabinete do Subsecretário
	3	6	Setor de Processos
	3	6	Setor Administrativo
	1	2	Setor de Transporte
	1	2	Setor de Almoxarifado
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR - WORKSTATION DE ALTA PERFORMANCE (EDIÇÃO 8K / IA) NOBREAK SENOIDAL SILENCIOSO	2	4	Setor de Comunicação



**PARA ESTAÇÃO DE TRABALHO, COM  
MANUTENCAO CORRETIVA.**

13

26

**SECRETARIA DO CLIMA E SUSTENTABILIDADE**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Mínima</b>	<b>Quant. Máxima</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	03	06	Administração
	04	08	Recepção
	03	06	Gabinete Secretária
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA MICROCOMPUTADOR - WORKSTATION DE ALTA PERFORMANCE (EDIÇÃO 8K / IA) NOBREAK SENOIDAL SILENCIOSO PARA ESTAÇÃO DE TRABALHO, COM MANUTENCAO CORRETIVA.</b>	05	10	Coordenação
	15	30	

**SECRETARIA DE OBRAS E PROJETOS**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Mínima</b>	<b>Quant. Máxima</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	1	2	Sala do Secretário
	2	4	Recepção
	3	6	Administrativo
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA MICROCOMPUTADOR - WORKSTATION DE ALTA PERFORMANCE (EDIÇÃO 8K / IA) NOBREAK SENOIDAL SILENCIOSO PARA ESTAÇÃO DE TRABALHO, COM MANUTENCAO CORRETIVA.</b>	5	10	Sala dos arquitetos
	7	14	Sala dos Engenheiros
	18	36	

**SECRETARIA DE FINANÇAS E ARRECADAÇÃO**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Mínima</b>	<b>Quant. Máxima</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	4	8	Atendimento
	16	32	Fiscalização
	3	6	Liquidação
	4	8	Receita
	1	2	Gabinete do Secretário
	3	6	Recepção do Gabinete
	2	4	Protocolo da Fazenda
	1	2	Cobrança Administrativa
	4	8	Tesouraria
	4	8	ITBI
	11	22	Cadastro
	3	6	Camob
	5	10	Divida Ativa
<b>61</b>		<b>122</b>	

**CONTROLADORIA GERAL**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Mínima</b>	<b>Quant. Máxima</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	3	6	Gabinete
	2	4	Recepção
	3	6	Auditoria
	2	4	Prestação de Contas
	6	12	Licitações e Contratos
	2	4	Lei de Acesso a Informação
	3	6	Administrativo
<b>21</b>		<b>42</b>	

**SECRETARIA DA JUVENTUDE**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Mínima</b>	<b>Quant. Máxima</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO</b>	1	2	Gabinete do Secretário
	2	4	Recepção
	4	8	Coordenação
	3	6	Administrativo



DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	10	20	Cursos
----------------------------------	----	----	--------

20 40

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Tipo	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	2	4	Administrativo SSP
	2	4	Transito/Mobilidade
	1	2	Gabinete do Secretário de Segurança Pública
	2	4	Defesa Civil
	1	2	GUARDA VIDAS
	6	12	Administrativo IGGMA
	2	4	Comando IGGMA
	1	2	Inspetoria de Serviços IGGMA
	2	4	Jari/Cadau
	4	8	Corregedoria
	2	4	Ouvidoria
	3	6	Patrulha Maria da Penha
	1	2	Romu
29		58	

**SECRETARIA DA IGUALDADE RACIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Tipo	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	10	20	Administrativo SIRPP

10 20



**SECRETARIA DO GRUPO 2**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. MIN</b>	<b>Quant. Max</b>	<b>Unidades Escolares</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	5	13	Creche E.M. Maria Amélia de souza
	5	13	Creche E.MZ.Prof.Maria Rita Coelho Novelino
	5	13	Creche M. Marly Quintanilha da Silva
	5	13	Creche Nair da Conceição Gonçalves Pereira
	5	13	Creche M. Ernestina Santana Quintanilha
	5	13	Creche E.M. Laurinda de Souza Conceição
	5	13	Creche Ivonete Costa Trindade
	5	13	Creche E.M. Nobelina Alves de Almeida
	5	13	Creche Escola M. Rosa Maria da Conceição
	5	13	Creche Escola M. Diva Nunes Chaves
	5	13	Creche E. M. Antônio Carlos Pereira da Cunha
<b>55</b>		<b>143</b>	

**ENSINO FUNDAMENTAL 1**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. MIN</b>	<b>Quant. Max</b>	<b>Unidades Escolares</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	6	16	E.M.Prof. Eliete Mureb de Araújo Goés
	6	16	E.M. Ver. Emigdio Gonçalves Coutinho
	6	16	E.M. Quilombola Eva M. da Conceição Oliveira
	6	18	E.M. João José de Carvalho
	6	18	E.M. José Pereira Neves Júnior
	6	16	E.M. Quilombola Prof. Lydia Sherman
	6	16	E.M. Ver. Antônio Alípio da Silva
	6	16	E.E.Mz. José Bento Ribeiro Dantas
	6	16	E.M. Prof. Manoel Juvenal Vieira
	6	16	E.E.Mz. Prof Eulina de Assis Marques
	6	16	E.M. Manoel Antônio da Costa
<b>66</b>		<b>180</b>	

**ENSINO FUNDAMENTAL 2**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. MIN</b>	<b>Quant. Max</b>	<b>Unidades Escolares</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADO R, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	7	18	E.M.Prof. Darcy Ribeiro
	7	18	E.M. Nicomedes Theotônio Vieira
	7	18	E.M. Prof. Ciléa Maria Barreto
	7	18	Inefi
	7	18	E.M. Prof. Regina da Silveira Ramos Vieira
	<b>35</b>	<b>90</b>	

**ENSINO MÉDIO**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. MIN</b>	<b>Quant. Max</b>	<b>Unidades Escolares</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADO R, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	7	18	Colégio M. Paulo Freire
	<b>7</b>	<b>18</b>	

**ADMINISTRATIVO DA SEC. EDUCAÇÃO**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. MIN</b>	<b>Quant. Max</b>	<b>Unidades Escolares</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADO R, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	100	225	SEMED
	6	16	CAAPE's
	6	16	CEPEDE
	2	12	Centro de Idiomas
	<b>114</b>	<b>269</b>	

**SECRETARIAS DO GRUPO 3****SECRETARIA DE SAÚDE**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Min.</b>	<b>Quant. Max</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	48	60	Sede da Secretaria de Saúde
	64	81	Hospital
	19	24	UBS Ferradura
	12	16	UBS São José
	8	11	UBS Baia Formosa
	8	11	UBS Arpoador
	13	17	UBS Cem Braças
	8	10	UBS Brava
	5	7	UBS Capão
	8	11	UBS Geribá
	12	16	UBS José Goncalves
	20	26	PSF Rasa/PU
	16	20	Clínica Olavo da Costa
	20	25	CEO
	4	6	Fisioterapia Rasa
	5	7	Almoxarifado
	12	15	Beija-Flor
	4	6	CAPS
	24	30	Policlínica Rasa
	48	60	Policlínica Manguinhos
	3	4	CMS
	x	20	Construção do Centro de Imagens
	x	40	Construção da Nova Policlínica

**361****523**



**SECRETARIAS DO GRUPO 4****SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA**

Tipo	Quant. Min.	Quant. Max	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	3	6	Gabinete do Secretário
	3	6	Administrativo
	2	4	Coordenadoria de Transito e Transporte
	3	6	Coordenadoria de Posturas
	1	2	Sala do Coordenador de Posturas
	2	4	Gerência Náutica
	2	4	Fiscais de Transporte
	2	4	Fiscais de Posturas
	1	2	Recepção
	1	2	Almoxarifado
20		40	

**SECRETARIAS DO GRUPO 5****SECRETARIA DA PESCA**

Tipo	Quant. Min.	Quant. Max	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	1	2	Sala do Mercado do Pescador
	2	4	Recepção da Secretaria Municipal de Pesca
	4	8	Sala do Administrativo
	1	2	Sala do Secretário
8		16	

**SECRETARIAS DO GRUPO 6****SECRETARIA DO IDOSO**

Tipo	Quant. Min.	Quant. Max	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	2	4	Administração
	1	2	Sala do Secretário
	1	2	Sala da Psicóloga
	1	2	Sala de Professores
	1	2	Recepção
	1	2	Sala de Inclusão
	3	6	Sala ADM Técnico
10		20	

**SECRETARIAS DO GRUPO 7****SECRETARIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Tipo	Quant. Min.	Quant. Max	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	2	4	Recepção
	2	4	Apoio Recepção
	1	2	Arquivo
	2	4	Assistência Social
	2	4	Psicologia
	1	2	Neurologia
	1	2	Fonoaudiologia
	1	2	Secretária
	4	8	Administração
	4	8	Coordenação
	1	2	Musicoterapia
	1	2	Psicologia
	2	4	Fisioterapia
	1	2	Sala Multi-uso
<b>25</b>		<b>50</b>	

**SECRETARIA DO GRUPO 8****SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E RENDA**

Tipo	Quant. Min.	Quant. Max	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	1	2	Gabinete da Secretária
	2	4	Gestão SUAS
	2	4	Coordenação LGBTQIAPN+
	1	2	Acolhimento
	2	4	Jurídico
	1	2	Conselho
	1	2	Coordenação PSB
	2	4	Coordenação PSE
	1	2	Trabalho e Renda
	1	2	Administração
	2	4	Coordenação de pena restritiva
	2	4	Coordenadoria da Criança e do Adolescente
	1	2	Almoxarifado
	1	2	T.I.
	1	2	Cadastro Único
	3	6	Processos
	1	2	Recepção
	2	4	Abrigo Municipal
	3	6	CREAS
	3	6	CRAS RASA



	3	6	CRAS CEM BRAÇAS
	3	6	CRAS JOSÉ GONÇALVES
	4	4	Conselho Tutelar
	<b>43</b>	<b>86</b>	

**SECRETARIAS DO GRUPO 9****SECRETARIA DO AMBIENTE E URBANISMO**

Tipo	Quant. Min.	Quant. Max.	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENÇÃO CORRETIVA	2	4	Administração
	2	4	REURB
	3	6	Fiscalização Ambiental
	3	6	Fiscalização Urbanística
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA MICROCOMPUTADOR - WORKSTATION DE ALTA PERFORMANCE (EDIÇÃO 8K / IA) NOBREAK SENOIDAL SILENCIOSO PARA ESTAÇÃO DE TRABALHO, COM MANUTENÇÃO CORRETIVA.	5	10	Licenciamento Ambiental
	<b>15</b>	<b>30</b>	

**SECRETARIA DO GRUPO 10****PROCURADORIA GERAL**

Tipo	Quant. Min.	Quant. Max.	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	1	2	Sala do Procurador Geral
	3	6	Sala dos Subprocuradores
	4	8	Sala dos Assessores Especiais
	1	2	Recepção
	1	2	Sala de Controle de Prazos
	<b>10</b>	<b>20</b>	

**SECRETARIA DO GRUPO 11****CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Min.</b>	<b>Quant. Max.</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	10	20	Sede Administrativa
	6	12	Escola de Música Villa Lobos
	5	10	Biblioteca Municipal
	3	6	Escola de Artes e Ofícios Zanine
	<b>24</b>	<b>48</b>	

**SECRETARIA DO GRUPO 12****SECRETARIA DE DRENAGEM E SANEAMENTO**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Min.</b>	<b>Quant. Max.</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	1	2	Gabinete do Secretário
	2	4	Recepção da Secretaria
	5	10	Apoio Administrativo
	2	4	Gerência Administrativa
	1	2	Jurídico da Secretaria
	<b>11</b>	<b>22</b>	

**SECRETARIA DO GRUPO 13****TURISMO**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Min.</b>	<b>Quant. Max.</b>	<b>Secretarias</b>
<b>SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA</b>	1	2	Recepção do Turismo
	4	8	Sala do Secretário e Administrativo
	6	12	Sala do Empreendedor
	6	12	Sala do Subsecretário, Administrativo e Eventos
	4	8	Centro de Informações Turística - CTT
	4	8	Fiscais do Cadastur
	<b>25</b>	<b>50</b>	



**SECRETARIA DO GRUPO 14**  
**CAUSA ANIMAL E AGRICULTURA**

Tipo	Quant. Min.	Quant. Max.	Secretarias
SERVICO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - MICROCOMPUTADOR, TIPO DESKTOP COM MANUTENCAO CORRETIVA	1	2	Coord. Causa Animal
	1	2	Recepção
	2	4	Administrativo
	2	4	Atendimento/Cadastro
	1	2	Zoonoses
	7	14	



**ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

NOME:

CNPJ:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD. MÁXIMA	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	MESES	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	LOCAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRABALHO PADRÃO (DESKTOP CORPORATIVO), INCLUINDO MONITOR 27" IPS, NOBREAK 600VA, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUBSTITUIÇÃO, GESTÃO DE ATIVOS, SLA ≥ 98% E LOGÍSTICA REVERSA	UND	2.251			12		
2	LOCAÇÃO DE WORKSTATION DE ALTA PERFORMANCE, INCLUINDO MONITOR 27" IPS, NOBREAK 2200VA SENOIDAL, GPU DEDICADA, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUBSTITUIÇÃO, GESTÃO DE ATIVOS, SLA ≥ 98% E LOGÍSTICA REVERSA	UND	82			12		

Prazo:

Forma de Pagamento:

Cidade, Data.

NOME DA EMPRESA  
CNPJ  
REPRESENTANTE LEGAL





**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

**MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026**

**ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

Item	Descrição	Und	Qte	Valor unitário Estimado	Valor total
1	LOCAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRABALHO PADRÃO (DESKTOP CORPORATIVO), INCLUINDO MONITOR 27" IPS, NOBREAK 600VA, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUBSTITUIÇÃO, GESTÃO DE ATIVOS, SLA $\geq$ 98% E LOGÍSTICA REVERSA	Und	2251	R\$ 186,30	R\$ 5.032335,60
2	LOCAÇÃO DE WORKSTATION DE ALTA PERFORMANCE, INCLUINDO MONITOR 27" IPS, NOBREAK 2200VA SENOIDAL, GPU DEDICADA, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUBSTITUIÇÃO, GESTÃO DE ATIVOS, SLA $\geq$ 98% E LOGÍSTICA REVERSA	Und	82	R\$ 505,14	R\$ 497.057,76
VALOR GLOBAL:					R\$ 5.529.393,36



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de solução integrada de infraestrutura computacional sob o modelo Desktop as a Service (DaaS), compreendendo o fornecimento, disponibilização e gestão de estações de trabalho do tipo desktop corporativo padrão e workstations de alta performance, incluindo monitores, nobreaks, periféricos, instalação física, configuração inicial, integração ao ambiente tecnológico institucional, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, substituição temporária e definitiva de equipamentos, gestão centralizada de ativos de TIC, atendimento estruturado por níveis mínimos de serviço (Service Level Agreement – SLA), reposição técnica para cobertura de sinistros e logística reversa com retirada e sanitização segura ao término da vigência contratual

A firma abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Item	Descrição	Und	Qte	marca	modelo	Valor Unitário Proposto	Valor total
*1				*	*		
*2				*	*		
VALOR GLOBAL:							

\*Indicação requerida de marca e/ou modelo como condição de aceitabilidade e validade da proposta unitária

O preço total ofertado é R\$xxxxx,00(\_\_\_\_\_).

O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de nº PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

O prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias contados da data limite para apresentação das propostas.

BANCO: \_\_\_\_\_ CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_

Armação dos Búzios, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### ANEXO IV –DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de solução integrada de infraestrutura computacional sob o modelo Desktop as a Service (DaaS), compreendendo o fornecimento, disponibilização e gestão de estações de trabalho do tipo desktop corporativo padrão e workstations de alta performance, incluindo monitores, nobreaks, periféricos, instalação física, configuração inicial, integração ao ambiente tecnológico institucional, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, substituição temporária e definitiva de equipamentos, gestão centralizada de ativos de TIC, atendimento estruturado por níveis mínimos de serviço (Service Level Agreement – SLA), reposição técnica para cobertura de sinistros e logística reversa com retirada e sanitização segura ao término da vigência contratual

ÀO +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+

A empresa \_\_\_\_\_ (*razão social*), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, participante do certame epigrafado, neste ato representada por (pelos) seu(s) representante (s) legal(is) devidamente constituído, expressamente **DECLARA** que ( ) POSSUI ( ) NÃO POSSUI contratos firmados (ou instrumentos equivalentes) com **a Administração Pública e Iniciativa Privada**, conforme artigo 4º, §2º da Lei Federal 14.133/21 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022 c/c Anexo VII-A, subitem 9.4, alínea f, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017.

Nome do Órgão	CNPJ	Vigência do Contrato	Valor remanescente do contrato

Armação dos Búzios, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS COM A ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de solução integrada de infraestrutura computacional sob o modelo Desktop as a Service (DaaS), compreendendo o fornecimento, disponibilização e gestão de estações de trabalho do tipo desktop corporativo padrão e workstations de alta performance, incluindo monitores, nobreaks, periféricos, instalação física, configuração inicial, integração ao ambiente tecnológico institucional, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, substituição temporária e definitiva de equipamentos, gestão centralizada de ativos de TIC, atendimento estruturado por níveis mínimos de serviço (Service Level Agreement – SLA), reposição técnica para cobertura de sinistros e logística reversa com retirada e sanitização segura ao término da vigência contratual

ÀO +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+

A empresa \_\_\_\_\_ (*razão social*), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, participante do certame epigrafado, neste ato representada por (pelos) seu(s) representante (s) legal(is) devidamente constituído, expressamente **DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que não possuímos em nosso quadro societário e nem participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, a devida observância da vedação disposta no parágrafo único do artigo 48, e parágrafo terceiro do artigo 122 da Lei Federal nº 14.133/21

Armação dos Búzios, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DE PREÇOS PROPOSTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de solução integrada de infraestrutura computacional sob o modelo Desktop as a Service (DaaS), compreendendo o fornecimento, disponibilização e gestão de estações de trabalho do tipo desktop corporativo padrão e workstations de alta performance, incluindo monitores, nobreaks, periféricos, instalação física, configuração inicial, integração ao ambiente tecnológico institucional, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, substituição temporária e definitiva de equipamentos, gestão centralizada de ativos de TIC, atendimento estruturado por níveis mínimos de serviço (Service Level Agreement – SLA), reposição técnica para cobertura de sinistros e logística reversa com retirada e sanitização segura ao término da vigência contratual

ÀO +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+

A empresa \_\_\_\_\_ (*razão social*), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, participante do certame epigrafado, neste ato representada por (pelos) seu(s) representante (s) legal(is) devidamente constituídos, expressamente DECLARA sob as penalidades cabíveis, que dos itens de interesse dessa proponente, caracterizados como inexequíveis na forma do item 15.10.1 do edital, ora apontados pelo pregoeiro:

- Ratificar sua plena exequibilidade, sem atribuir à contratada custos complementares de qualquer ordem estando ciente do compromisso e obrigação de firmar contrato com a administração pelo preço ora ofertado e defendido nesta oportunidade
- Que serão observados e honrados quantitativos, preços, prazos e critérios de qualidade ora definidos no edital e seus anexos
- Que temos a plena ciência que abstenção quanto à assinatura do contrato ou a inexecução total ou parcial do objeto submete o desidioso a sanções legais aplicáveis, dentre as quais advertência, multa, impedimento de licitar e Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156 incisos I a IV respectivamente da Lei Federal 14133/2021
- Que a depender do contexto social em que se insira o objeto, que a abstenção quanto à assinatura do contrato ou a inexecução total ou parcial do objeto enseja a incorrência de responsabilização civil e/ou criminal, sem prejuízo de culminações administrativas

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, a devida observância da vedação disposta no parágrafo único do artigo 48, e parágrafo terceiro do artigo 122 da Lei Federal nº 14.133/21

Armação dos Búzios, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 4872/2026

CONTRATO Nº \_\_/202X

**TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS,  
REPRESENTADO PELA Secretaria Municipal de  
Administração E A EMPRESA +EXECUTANTE+**

O MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS através do(a) **Secretaria Municipal de Administração** pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º +01.616.171/0001-02+, com sede administrativa situada na +Estrada da Usina Velha, nº600, Centro+ – Armação dos Búzios-RJ, representado por +NOME SECRETÁRIO+, portadora da cédula de identidade nº xxxxxxxx, devidamente inscrita no CPF sob o nº xxxxxxxx, no cargo de **+Secretário Municipal de XXXXXXXX+**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **+EXECUTANTE+**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º +CNPJ EMPRESA+, situada na xxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxx, representada pelo(a) Sr. +REPRESENTANTE+, xxxxxxxx, xxxxxx, portador da carteira nº XXXXXXXX, expedida pelo xxxx inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, cujo teor segue instituído nos termos da Portaria SECOMP 001/2025, com fundamento na PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026 **prevista na Lei Federal nº 14.133/2021**, realizado nos autos do Processo Administrativo n.º 4872/2026 nos termos das seguintes cláusulas e condições:

#### **1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 - O objeto do presente constitui de Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de solução integrada de infraestrutura computacional sob o modelo Desktop as a Service (DaaS), compreendendo o fornecimento, disponibilização e gestão de estações de trabalho do tipo desktop corporativo padrão e workstations de alta performance, incluindo monitores, nobreaks, periféricos, instalação física, configuração inicial, integração ao ambiente tecnológico institucional, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, substituição temporária e definitiva de equipamentos, gestão centralizada de ativos de TIC, atendimento estruturado por níveis mínimos de serviço (Service Level Agreement – SLA), reposição técnica para cobertura de sinistros e logística reversa com retirada e sanitização segura ao término da vigência contratual, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme condições descritas no termo de referência.

#### **2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO:**





## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

2.1 - O valor GLOBAL deste contrato é de R\$ xxxx (xxxxxxxxxxx), conforme termo de referência.

### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DA AQUISIÇÃO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

3.1 - Em caráter geral, o objeto será executados conforme ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA cujo inteiro teor integra o presente contrato independente de transcrição.

### **4 - CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

4.1 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

4.2 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança quanto à execução do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4.3 - O recebimento definitivo da execução do objeto pela Administração não exclui a responsabilidade civil do executante por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.

4.4 - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato

4.5 - Os serviços ou obras serão recebidos na forma abaixo discriminada, observado o disposto no art. 140, I da Lei 14.133/21:

c) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

d) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

### **5 - CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

5.1 - Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pela Contratada até a assinatura do contrato, em até 30 (trinta) dias.

5.2 - Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir documento correspondente, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do **Secretaria Municipal de Administração**, inscrito no



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

CNPJ/MF sob n.º +01.616.171/0001-02+ , com sede +Estrada da Usina Velha, nº600, Centro+ – Armação dos Búzios-RJ,

5.3 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, o valor devido poderá ser acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

5.4 - Caso se efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

5.5 - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário responsável pela pasta requisitante, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao titular daquela secretaria.

5.6 - Na ocasião do pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da Contratada, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal do município de Armação dos Búzios, com suas alterações e regulamentações posteriores.

5.7 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

5.8 - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

### **6 - CLAUSULA SEXTA – DO REAJUSTE-**

6.1 - Os valores pactuados mediante contrato administrativo são fixos e irrevogáveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observado contado da data do orçamento estimado.

6.2 - Após esse interregno, se o contrato permanecer vigente, poderá a empresa CONTRATADA fazer jus a reajuste dos preços pactados, mediante a aplicação do IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) / IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 - O tempo de reajuste será a partir da data da assinatura do contrato, visando assim, ausência de reajustamentos precoces.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

6.4 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida,.

6.6 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.7 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.8 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1 - Os preços apresentados terão os seus valores em reais e ocorrerá pela Dotação da Secretaria Municipal de Administração: +FONTE: XXX ; PROGRAMA DE TRABALHO: XXXXXXXXXX ; NATUREZA DA DESPESA: XXXXXXXXXX+

### **8 - CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:**

8.1 - O prazo de vigência da contratação é de xxx (xxxx) dias/meses. contados da data de assinatura deste instrumento., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.1 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

### **9 - CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

9.1. É DEVER DA CONTRATADA:

9.1.1. Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

9.1.2. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei Federal 14133/2021);

9.1.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique que esteja relacionada à execução do objeto.



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, único);

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.22. Cumprir as obrigações contidas no termo de referência, independente de transcrição, parte integrante deste instrumento.

### 9.2. É DEVER DA CONTRATANTE:

9.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

- 9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.2.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 9.2.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 9.2.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA — DA FISCALIZAÇÃO:**

10.1 - O objeto da licitação será acompanhado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS e fiscalizado por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Administração', conforme o caso, que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.

10.2 - À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente, e, em tudo o mais referente à prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS ou modificação do Termo.

10.3 - A Contratada submeterá a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotado obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias para execução da entrega.

10.4 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS e a terceiros.

10.5 - Serão designados, em ato próprio, servidores para fiscalização do contrato.

### **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:**





## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

11.1 - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS GARANTIAS FINANCEIRA E ADICIONAL DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

12.1 - NÃO haverá exigências quanto ao recolhimento de Garantias Financeiras Da Execução Contratual E Garantia Adicional

### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO :**

13.1 - Não será admitida a subcontratação.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS ALTERAÇÕES:**

14.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 - O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS:**

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

16.1 - ajustes, suas alterações, disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação obedecerão ao disposto nos artigos 155 e 156 na Lei Federal nº. 14.133/21.

### **17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

17.1 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.1.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.





## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

17.1.2 - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.1.3 - . Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.2 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

### **18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD:**

18.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

18.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

18.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

18.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

18.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

18.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

18.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

18.11 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

18.12 - contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

18.13 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

19.1 - Aplica-se a este contrato e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 14.133/21, bem como as demais legislações pertinentes.

### **20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA– DA PUBLICAÇÃO:**

20.1 - Incumbirá ao à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

### **21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:**

21.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Armação dos Búzios – RJ.

Por estarem assim justos e contratados, fizeram as partes este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, que vão assinados na presença de testemunhas a tudo presente.

Armação dos Búzios, XX de XXXX de 202X.

\_\_\_\_\_  
+NOME SECRETÁRIO+

+Secretário Municipal de XXXXXXXX+  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
+EXECUTANTE+

+CNPJ EMPRESA+  
+REPRESENTANTE+  
**CONTRATADA**

Testemunha 01	Testemunha 02
Assinatura	Assinatura
Nome	Nome
RG	RG
CPF	CPF



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### ANEXO VIII - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/XXXX

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

Aos XXX.. dias do mês de XXXXXXXX do ano de XXXXX, às 10:00 (dez) horas, na sala da Coordenadoria Especial de Licitações e Contratos, institui-se a presente Ata de Registro de Preços, oriunda do(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026 , segundo as cláusulas e condições seguintes:

#### **1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços visando a futura e eventual contratação para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de solução integrada de infraestrutura computacional sob o modelo Desktop as a Service (DaaS), compreendendo o fornecimento, disponibilização e gestão de estações de trabalho do tipo desktop corporativo padrão e workstations de alta performance, incluindo monitores, nobreaks, periféricos, instalação física, configuração inicial, integração ao ambiente tecnológico institucional, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, substituição temporária e definitiva de equipamentos, gestão centralizada de ativos de TIC, atendimento estruturado por níveis mínimos de serviço (Service Level Agreement – SLA), reposição técnica para cobertura de sinistros e logística reversa com retirada e sanitização segura ao término da vigência contratual, tendo sido os fornecedores, quantitativos, especificações e preços previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe

#### **2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA –**

2.1 - O prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 71§1º do Decreto Municipal 2138/23

2.1.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.1.2 - No caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente na sua integralidade.

#### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS EMPRESAS PARTICIPANTES –**

3.1 - Foi considerada vencedora do procedimento licitatório a empresa **+EXECUTANTE+**, CNPJ nº **+CNPJ EMPRESA+** cuja proposta foi adjudicada e homologada.

#### **4 - CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS COM MENOR PREÇO UNITÁRIO:**



## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

4.1 - Conforme listagem em anexo, totalizando o valor **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX)**.

### 5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS ADESÕES

5.1 - A ata de registro de preços, durante sua validade, **poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório**, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

### 6 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO

6.1 - A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado
- f) quando o fornecedor não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- g) quando o fornecedor incorrer em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- h) quando o fornecedor for liberado por manifestação clara e expressa da administração;
- i) quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- j) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- k) quando o fornecedor sofrer a sanção prevista no inciso IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- l) quando o fornecedor não aceitar o preço revisado pela Administração;



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### 7 - CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

7.1 - O Foro da Cidade de Armação dos Búzios é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão presencial e à adjudicação e execução dela decorrentes, assinadas pelo(a), **+Secretário Municipal de XXXXXXXX+** e pela **+EXECUTANTE+**

Armação dos Búzios, XXX, de XXXXX de XXXXX.

**+NOME SECRETÁRIO+**  
**+Secretário Municipal de XXXXXXXX+**

**+EXECUTANTE+**  
CNPJ nº +CNPJ EMPRESA+



**BÚZIOS**  
PREFEITURA

Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura da Cidade de Armação dos Búzios  
**Secretaria Municipal de Governança e Compliance**  
**Coordenadoria Especial de Licitações**

## MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

### ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de locação de solução integrada de infraestrutura computacional sob o modelo Desktop as a Service (DaaS), compreendendo o fornecimento, disponibilização e gestão de estações de trabalho do tipo desktop corporativo padrão e workstations de alta performance, incluindo monitores, nobreaks, periféricos, instalação física, configuração inicial, integração ao ambiente tecnológico institucional, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, substituição temporária e definitiva de equipamentos, gestão centralizada de ativos de TIC, atendimento estruturado por níveis mínimos de serviço (Service Level Agreement – SLA), reposição técnica para cobertura de sinistros e logística reversa com retirada e sanitização segura ao término da vigência contratual

ÀO +AGENTE DE CONTRATAÇÃO+

A empresa (**razão social**) \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, participante do certame epigrafado, através de seu representante legal constituído, em conjunto com seu responsável técnico (**nome do responsável técnico**) \_\_\_\_\_, profissional qualificado da área de (**área técnica afeta ao objeto do certame**) \_\_\_\_\_, sob o registro (**registro identificador e órgão de classe**) \_\_\_\_\_, vêm expressamente certificar a condição abaixo indicada:

( ☐ ) ***Compareceu perante a Secretaria Municipal de Administração a fim de tomar conhecimento todas as informações requeridas e acessado todo o conteúdo necessário. Realizei visita técnica, o, pelo que afirmo ter tomado conhecimento do local e de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir sobre as condições de execução e custo dos serviços e de seu respectivo cronograma de execução.***

( ☐ ) ***Absteve-se de comparecer perante a Secretaria Municipal de Administração do que abdicou portanto da realização visita técnica pelo que já possui inquestionavelmente o conhecimento necessário de todas as informações requeridas e todo o conteúdo necessário. Afirma ter conhecimento do local e seus acessos e de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir sobre as condições de execução e custo dos serviços e de seu respectivo cronograma de execução.***

Decorrente da opção supra assinalada, pelo que dou fé, declaro e asseguro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que possuímos pleno conhecimento de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo dos serviços e de seu respectivo cronograma de execução, pelo que não alegaremos desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas para com o Município e portanto Se submete às sanções legais aplicáveis em caso de atraso ou descumprimento da execução do objeto, já delineadas no presente edital e seus anexos.

Armação dos Búzios, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído  
Assinatura do responsável técnico